

VIVER

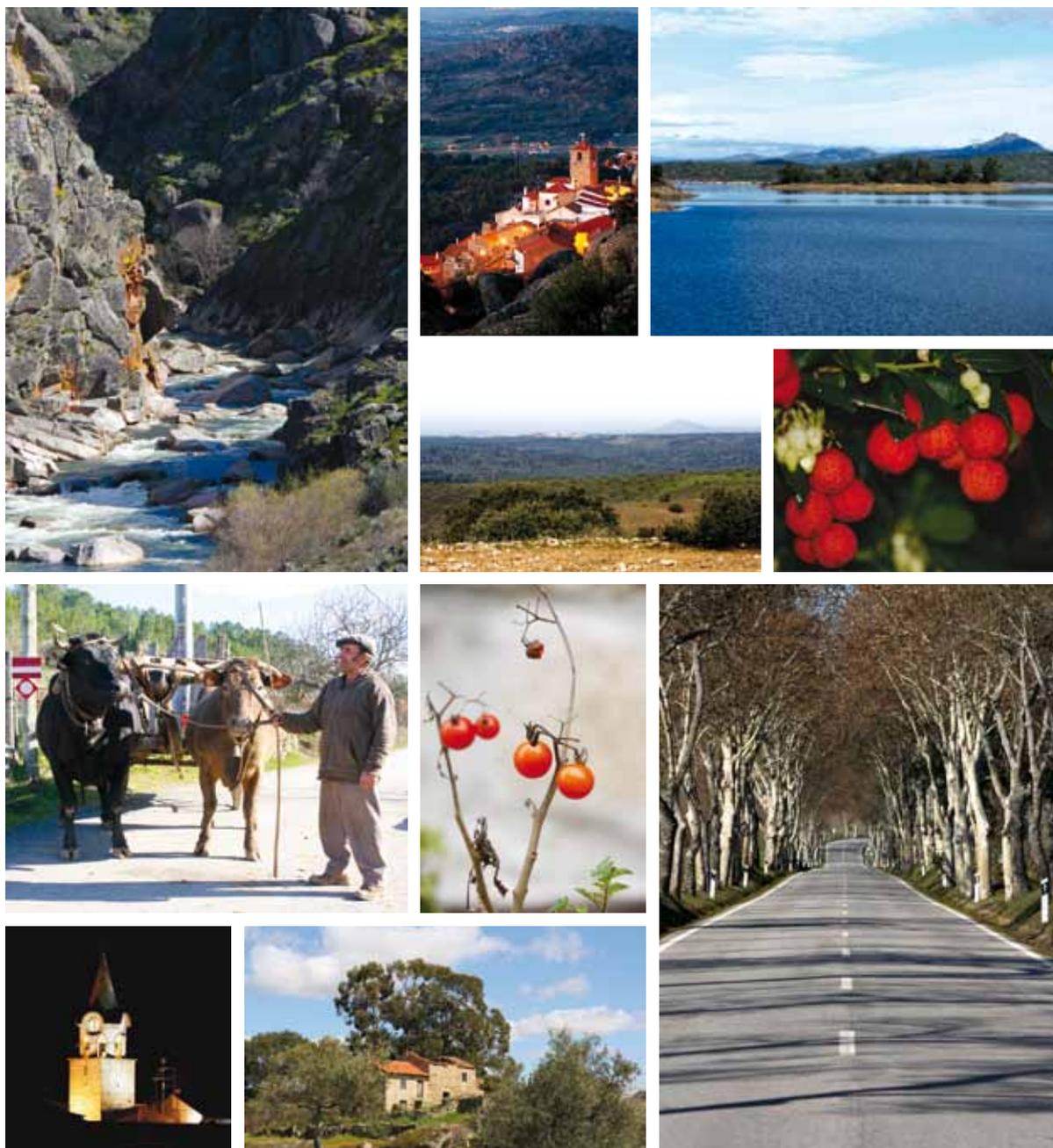
VIDAS E VEREDAS DA RAIA

publicação trimestral
distribuição gratuita

21 edição

abril
'13

Reorganização administrativa territorial da BIS



VIVER
VIDAS E VEREDAS DA RAIA

21 edição | abril **'13**

Estatuto Editorial e Estatuto Redatorial da Revista VIVER
Consulte a página:
www.adraces.pt/conteudos/index.php?id=65

PENSAR GLOBAL. AGIR LOCALMENTE

António Realinho

[O Diretor]

Aos nossos leitores;

Aos investidores do PRODER;

Aos membros das parcerias locais da Beira Baixa;

A todos quantos se interessam pelo desenvolvimento dos espaços rurais.

Pensar Global. Agir localmente.

Desde pelo menos há uns 30 anos a esta parte que se ouve e lê em quase todos os discursos e textos sobre o Desenvolvimento Rural de âmbito local, estas quatro palavras: *Pensar global. Agir localmente.*

Também nós as temos utilizado, embora acrescentando-lhe, sempre que possível, algumas chamadas de atenção sobre a ausência de referências às necessidades fundamentais de agir localmente, mas em articulação com outros locais, até uma escala de geometria variável, determinada pela capacidade de entendimento entre as partes.

Em todos os tipos de organizações de espécies vivas, a questão da escala de cada uma influencia de forma determinante os meios, os métodos, as competências e até as necessidades de caráter dos seus responsáveis mais influentes. Mesmo na cadeia das espécies vegetais, essa relação entre escala e processos produtivos é importante e óbvia. (Não se trabalha um quintal de 100 metros quadrados da mesma forma, nem com os mesmos conhecimentos, que uma herdade de 100 hectares)... a escala é, pois, elemento fundamental de toda a atividade, seja ela humana ou não.

A Escala e a Democracia Local

Quando há já algum tempo tomamos conhecimento dum texto editado pelo Governo Português (Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares) denominado **Documento Verde da Reforma da Administração Local** “**uma reforma de gestão, uma reforma de território e uma reforma política**” e nos inteiramos da escala e abrangência da reforma pretendida, entendemos ser nosso dever estar atentos e disponíveis para participar de tão importante debate, tal como o próprio documento prometia.

- Este Documento Verde da Reforma da Administração Local pretende ser o ponto de partida para um debate que se pretende alargado à sociedade portuguesa, com o objetivo de no final do 1º trimestre de 2012 estarem lançadas as bases e o suporte legislativo de um municipalismo mais forte, mais sustentado e mais eficaz (último parágrafo da página 5 do referido documento).

Desde esse momento, aguardamos por iniciativas que criassem oportunidades para a discussão do tema. O tempo foi passando sem que nos dessemos conta de tal acontecer. Admitindo que a distração fosse nossa, decidimos perguntar às pessoas que

por cá vivem que opinião tinham sobre a dita reforma, trazendo o assunto para grande tema desta revista. Conforme os leitores poderão constatar, sobre o vasto leque das questões/consequências da reforma, para nossa surpresa, quase não se fala! O interesse das pessoas, de maneira muito generalizada, ficou compreensivelmente reduzido à questão das Freguesias. Ao fixar a discussão num ponto, embora extremamente importante, todos os outros fizeram o seu caminho sem discussão!

Ora, segundo se afirma no tal documento verde, onde se propõe e defende a reforma, **esta reforma da administração local pretende ser:**

Reforma de gestão; Reforma do Território; Reforma política;

Os seus quatro eixos de atuação são:

Setor Empresarial Local; Organização do Território; Gestão Municipal, Intermunicipal e Financiamento; Democracia Local.

A nós como órgão de comunicação social dedicado ao Desenvolvimento Rural de âmbito local, à proteção e defesa das condições de vida nas pequenas comunidades rurais (talvez as únicas verdadeiras comunidades existentes), o desaparecimento de estruturas democráticas nessas comunidades não nos é indiferente, mas não podemos deixar de nos preocupar igualmente (quando se fala de democracia), com uma proposta de reforma da administração local, cujo modelo parece excluir completamente não só as organizações da Sociedade Civil como a própria Sociedade Civil (as pessoas, os cidadãos), do âmbito da dita reforma, transformando-a, por isso, numa proposta de reforma da “administração EXCLUSIVAMENTE PÚBLICA local” que só diz respeito a governantes eleitos ou não, e não aos comuns cidadãos, embora sejam os cidadãos comuns o alvo e a “substância” da sua ação!

A Europa e as Sociedades Inclusivas

O CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPEIA “EUROPE DIRECT” para a Beira Interior Sul.

Porque se trata de um centro de informação europeia assegurado pela ADRACES, localizado em Castelo Branco para servir as populações da ex-Beira Interior Sul.

Porque a VIVER pode e deve ser utente e servidor deste centro, aqui saudamos a sua criação, desejando aos seus responsáveis todo o sucesso ambicionado, sobretudo na divulgação dos grandes objetivos perseguidos pelas políticas e programas da União Europeia, em particular os que visam uma Sociedade INCLUSIVA.

Como só se consegue incluir quem nos consiga entender, daqui apelamos para que este centro de informação trabalhe e informe em português, para que nos entendamos e também nos possamos incluir.

P.S. Também a nós, aqui na VIVER, nos chegam as consequências da crise, mas resistimos. A publicação dum suplemento entre cada edição da VIVER permitirá aumentar a frequência das nossas “visitas”.



edição

21
abril
'13

VIVER

ficha técnica

Director António Realinho

Director Adjunto Teresa Magalhães

Editor Camilo Mortágua

Conselho Editorial António Realinho, Teresa Magalhães, Camilo Mortágua, Rui Miguel, Teresa Riscado, Clarisse Santos e Filipa Minhós

Redação Teresa Magalhães; Rui Miguel; Clarisse Santos; Teresa Riscado; Filipa Minhós

Director Comercial Luís Andrade

Design e Direção Gráfica DallDesign, Lda.

Produção Gráfica (Paginação/Impressão) DallDesign, Lda.

Capa DallDesign, Lda.

Colaboradores Abel Cuncas; Aida Rechená; Alberto Melo; Amândio Silva; Andreia Courela; Ana Isabel Trigo Morais; Ana Paula Fitas; Ana Vale; Aníbal de Almeida; António Canoso; António Covas; António de Abruñhosa; António Salvado; António Tavares Proença; Armindo Jacinto; Assunção Pedrosa; Calisto Tamor; Carlos Maia; Carlos Rosa; Celestino de Almeida; Domingos Santos; Élia Afonso; Elsa Ligeiro; Emílio Magro Martins; Fernando Paulouro; Fernando Raposo; Filipa Carvalho; Géraldine Lechevalier; Gérard Bravis; Gérard Peltre; Guilherme Pereira; Hélder Henriques; Inês Pedrosa; Isabel Adónis; Jaime Novais; Jaime Pires; Jean Charles Lollier; Joana Barros; Joaquim Cabral Rolo; Joaquim Alberto Simões; Joaquim Manuel da Fonseca; João Andrade Santos; João José Fernandes; João Mário Amaral; João Miguel Pereira; João Ludgero; João Carlos Pinho; João Manuel Duarte; João Queiroz; Jolon; Jorge Brandão; Jorge Gaspar; Jorge Gouveia; José Almeida; José Carlos Costa Marques; José Joaquim Antunes; José Nuno Martins; José Portela; Josy Richez; Juan Manuel Gutiérrez; Lauro Moreira; Lopes Marcelo; Lorenzo Barbera; Luís Rocha; Luís Soares; Luís Valadares; Luiz Sá Pessoa; Manuel Santos Jorge; Manuel Gomes; Manuel Porto; Marco Domingues; Mário Moutinho; Maria José Martins; Maria de Lurdes Quaresma; Maria de Lurdes Santos; Maria Inês Rodrigues; Marie Noelle Hessel; Martine Theveniaut; Matilde Pedrosa; Miguel Freitas; Miguel Nascimento; Moisés Espírito Santo; Paula Gentil Santos; Paula Teixeira; Paulo Águas; Paulo Pinto; Regina Lopes; Rui Morais; Rui Veríssimo Batista; ; Sandra Vicente; Sória Barroca; Vergílio A. Pinto de Andrade; Victor Oliveira; Victor Santiago Tabares; Vitor Caldeira;

Depósito Legal 289795/09

Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) 124952

Periodicidade Trimestral

Tiragem 8000 exemplares

Propriedade

ADRACES
Associação para o
Desenvolvimento da Raia
Centro-Sul
www.adraces.pt

Rua de Santana, 277
6030-230 Vila Velha de Ródão
Telef. +351-272540200
Fax. +351-272540209

Número de Identificação Fiscal (NIF) 502706759

Sede da Redacção Rua de Santana, 277
6030-230 Vila Velha de Ródão
Email viver@adraces.pt

conteúdos

01 Do Director

Pensar Global. Agir Localmente

03 Do Editor

Bem-vindo seja quem vier por bem

04 Vidas de Personagens com Histórias

E o vencedor é... Nélson Rolo

O enólogo premiado que veio da BIS

06 Rostos e Expressões da BIS

08 Grande Tema

Reorganização Administrativa Territorial da BIS

38 Tem a Palavra

Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de Mata, Joaquim Faustino

40 Nós ADRACES

43 Europe Direct

48 Só na BIS

A Arte Rupestre do Vale do Tejo

BEM-VINDO SEJA QUEM VIER POR BEM

Camilo Mortágua

[O Editor]

Viva. Da última vez que a VIVER chegou até vós ainda estávamos na BIS. Ao celebrar as nossas 21 edições (“primaveras”, isso é que era bom) já estamos na Beira Baixa. Embora os lugares sejam os mesmos, dão-nos outro nome. Somos os mesmos, mas somos mais. Se conseguirmos entender-nos melhor, isso é bom. Se a falta de empenho e de disposição para a ação conjunta, se o egoísmo e a falta de solidariedade territorial prevalecerem, isso será pior.

Os dois Municípios, que agora se juntam aos anteriores para formar a nova entidade territorial denominada Beira Baixa, podem ser importantes complementos para o equilíbrio do desenvolvimento económico e social das diferentes zonas do território.

Para a VIVER, as mudanças de nome, se não significarem também mudanças positivas dos comportamentos de todos nós, mas em particular dos que têm a responsabilidade de localmente nos “administrar”, agindo no sentido de que a “união dá a força”, estas mudanças, pouco ou nada valem.

Paraphraseando aquilo que se dizia de certos hospitais... nesta Beira Baixa, possivelmente, nem cá

estão todos os que dela são,
nem dela são todos os
que cá estão. Porém,
isso pouco importa.
Com os que cá estão
é que temos e deve-
mos de contar.

Se formos capazes de
escolher bem os nossos
autarcas, se os autarcas
que escolhermos fo-
rem capazes de
dar conteúdo
verdadeiro
à designa-

ção de “CIM” (COMUNIDADE INTERMUNICIPAL), se o conceito de comunidade prevalecer, não só entre eleitos, mas alicerçado em práticas efetivas de verdadeira comunhão de interesses e objetivos com as populações e as instituições da Sociedade Civil, então... VIVA A BEIRA BAIXA!

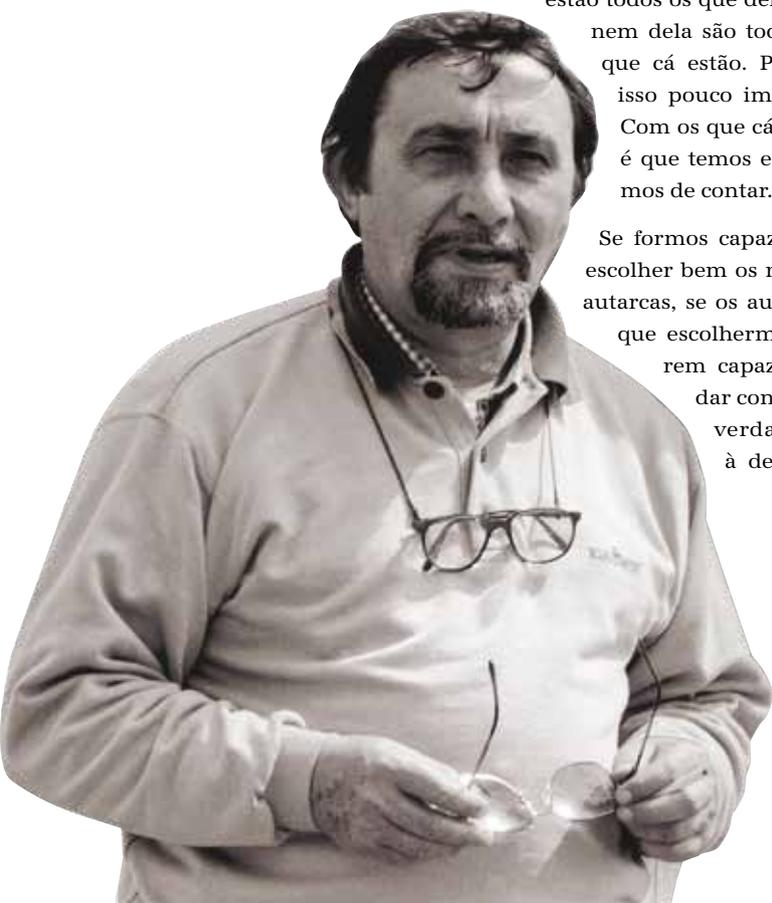
Assim sendo, será com enorme prazer que tudo faremos para poder continuar a contribuir para a coesão e prestígio dos espaços onde queremos VIVER, com satisfação e honra.

Editar... é

Coisa nem sempre fácil. Também, se o fosse, teria pouco interesse. Dizem os dicionários que editar é: apreciar, preparar e organizar o trabalho de vários autores, tendo em vista a divulgação dum produto final que, respeitando a vontade de cada um, contribua para enriquecer e aprofundar os princípios e objetivos definidos no estatuto editorial desse “produto”.

Nos difíceis tempos que correm, escrever para divulgação pública mete medo a muita gente. Expor-se dizendo o que se pensa, dizem-nos... ou insinuam, pode trazer prejuízos sérios. O melhor é estar calados, ou então, escolher muito bem as palavras, vesti-las de veludo e untá-las com muita vaselina para não ferirem ninguém, nem dizerem nada.

Por vezes, o editor é confrontado com trabalhos de grande valia e rigor, mas de poder de comunicação nulo; trabalhos importantes, meticolosos, mas que têm o condão de espantar leitores. Nestes casos, nem sempre fáceis de apreciar, o editor corre o risco de errar. Pelos erros assim cometidos ao longo destes 21 números publicados, pedimos, a todos os nossos colaboradores, sinceras desculpas, prometendo continuar a praticar, se, pela vossa parte, nos continuarem a honrar com as vossas colaborações.





E O VENCEDOR É... NÉLSON ROLO

O ENÓLOGO PREMIADO QUE VEIO DA BIS!

O reconhecimento foi feito durante a 'Gala Online Prémios W 2011', após nomeação entre os 10 melhores da categoria, anunciando Néelson Rolo como o 'Melhor Jovem Enólogo' desse ano: "Agarrou a oportunidade de se tornar o responsável da enologia de um dos produtores Alentejanos com mais sólida noção comercial, a Ervideira. Em 2011 viu o novo tinto Conde D'Ervideira Private Selection 2008 superar a concorrência, ganhando o 'Grande Prémio Escolha da Imprensa' no Encontro com o Vinho. Todos os vinhos diários e de calendário das últimas décadas deste produtor têm impressionado a crítica e justificam, no ano em que se despede da categoria de jovem enólogo, o prémio de 'MELHOR JOVEM ENÓLOGO DE 2011'. PARABÉNS AO NÉLSON ROLO!"

Néelson Rolo nasceu há 36 anos em Penamacor e cresceu a trilhar caminhos, em granítica atitude própria das gentes da Raia, com vista para a Malcata, sob o frio gélido serrano aplacado pelo calor (e)terno das amizades de infância. Participante ativo das atividades da comunidade, dedicou a sua juventude aos Bombeiros e ao Escutismo. E teve ainda tempo para uma pequena participação política, como membro da Assembleia Municipal. A entrada na Universidade de Évora no curso de Engenharia Agrícola, especialização em Enologia, afastou-o da sua vila. Mais tarde, o seu percurso profissional como diretor enológico da Adega da Ervideira, em Reguengos de Monsaraz, veio consolidar ainda mais o distanciamento. Mas apenas físico, porque o seu coração continua em Penamacor, garante. Faz questão de visitar a Raia pelo menos uma vez por mês para matar saudades e não desiste de um dia poder contribuir para colocar Penamacor no mapa da viticultura de excelência em Portugal.

Na sua adolescência desenvolveu um papel muito ativo em Penamacor...

O despovoamento e a falta de atividades da minha época de infância e adolescência levava os jovens a participarem em todas as poucas atividades lúdicas que se faziam. Como não havia muitos passatempos naquela altura, era quase norma os jovens com 13 ou 14 anos ingressarem nos Bombeiros e nos Escuteiros. Ainda fiz parte da Assembleia Municipal, aos 21 anos, já estava eu na Faculdade. Era uma maneira de sairmos e de vivermos o mundo com alguma atividade. Penamacor sempre esteve sujeita a muito isolamento e a falta de atividades para jovens era muito notória. Hoje em dia, felizmente, os jovens de Penamacor já têm outro tipo de oportunidades.

Com foi receber o prémio «Melhor Jovem Enólogo de 2011»?

Não posso dizer que seja um Prémio Carreira, porque tenho só 36 anos, mas é o reconhecimento de todo um trabalho que tem vindo a ser feito na Adega Ervideira. A equipa é muito nova, mas tem sido pioneira em muitos vinhos a nível nacional, quer sejam vinhos brancos feitos a partir de uvas tintas, brancos fermentados em madeira... temos apostado num pioneirismo muito grande em termos de qualidade, e penso que este prémio resultou como reconhecimento de todo esse trabalho ao longo desta década e meia na Ervideira. Fiquei muito satisfeito com este prémio, mas encarei-o, sobretudo, como um incentivo de futuro, de continuidade neste trabalho de investigação e inovação. Mas, é claro, que fiquei muito honrado com esta distinção.

De alguma forma este seu sucesso pode vir ajudar a região de onde provém?

Eu gostava. Espero que a ligação que mantenho à terra me permita um dia aplicar o meu saber e tudo o que ainda tenho para aprender. Eu fiz todo o meu curso superior a pensar em vir para Penamacor trabalhar. No entanto, na reta final do curso, tive este desafio muito interessante para integrar a Ervideira, uma empresa que era pequena na altura, e que eu vi crescer até ao que ela é hoje. Mas gostaria de um dia voltar para Penamacor. Não sei quando, é sempre difícil de fazer este tipo de previsões, mas gostava de implantar uns vinhos com a minha assinatura aqui na região da Beira Interior. Tenho inclusivamente acompanhado o desenvolvimento e o apurar de algumas castas típicas da nossa região que se foram perdendo com o tempo - a viticultura da BIS e a sua modernização parou um bocadinho no tempo para hoje se conseguir afirmar nos mercados - mas aos poucos já têm surgido casos pontuais de sucesso. E espero um dia poder assinar um vinho na zona de Penamacor. O futuro o dirá.

Considera que Penamacor tem condições para ter um futuro promissor na área da viticultura?

Acho que sim. Tanto na área dos azeites, como na área dos vinhos. Tem bons solos, se calhar faz falta algum trabalho de investigação na área vitivinícola para estudar as diferenças de castas e perceber quais as que conseguem uma melhor expressão em termos de vinho na nossa região. Há até uma casta que tem por nome “Rufete”, “Tinta Pinheira” ou “Penamacor”, estamos a falar de três sinónimos da mesma casta e, pelo facto de haver uma casta com o nome de Penamacor, significa que é uma casta bem adaptada às condições edafo-climáticas de Penamacor. O terroir de Penamacor pode ser aproveitado em vinhos, temos aqui condições para fazer vinhos diferentes, o que falta mesmo é um trabalho de investigação e alguma aposta no terreno. E até já existem duas ou três boas empresas aqui na região... sou júri de alguns concursos mundiais, e tenho visto boas prestações de algumas quintas aqui no Interior. Mas a imagem é fundamental, hoje em dia. E a Beira Interior, se calhar, ainda não tem a imagem que ajuda a vender. A qualidade ajuda a vender, mas a imagem é fundamental quando estamos a falar de exportações, quando falamos em prateleiras de supermercados. Estão 300 vinhos expostos, uma boa imagem e um marketing forte vai fazer a diferença na hora da escolha dos consumidores. E, em termos de imagem, a Beira Interior ainda não está no patamar mais alto que ajude as pessoas a fazer o «click» na hora da compra. Porque, depois deste passo inicial, depois de experimentarem, eu acredito que as pessoas se fidelizem aos nossos vinhos, porque eles têm qualidade. Temos vinhos regionais muito bons, premiados em concursos mundiais a concurso com outros vinhos de regiões mais reconhecidas a nível nacional. Aos nossos vinhos, falta apenas imagem, como por exemplo o Alentejo tem, que só por si vende. O Alentejo tem vinhos de topo, mas também tem gamas mais baixas. No entanto, na decisão de compra, uma pessoa que não seja apreciadora ou conhecedora opta por um vinho de lá, porque à partida é sinónimo de qualidade. É o que falta na BIS. Não se vai conseguir de um dia para

o outro, porque a região parou um pouco no tempo à sombra das adegas cooperativas, que tiveram um papel sócio-económico fundamental, mas falhou a aposta por parte de alguns produtores privados, que estão agora a dar esse passo. E julgo que, aos poucos, conseguirão colocar a imagem dos vinhos da Beira Interior no seu devido lugar.

O que pensa da extinção de freguesias nas zonas mais rurais da nossa Beira Interior Sul?

O assunto não é fácil e a nós aqui diz-nos muito. Acho que as Juntas de Freguesia têm um papel fundamental nas zonas mais rurais. Até posso concordar com a extinção de freguesias em zonas urbanas, há casos de cidades e vilas com mais do que uma freguesia, às vezes a funcionar no mesmo edifício, e julgo que, nestes casos, é até necessária uma reformulação da Administração, fazendo um ajuste e passando essa responsabilidade para as Câmaras Municipais. Agora, falando no Interior, é muito mais complicado. As Juntas têm um papel social e de acompanhamento a uma população maioritariamente envelhecida. Este leque de funções sociais não pode ser quantificável quando os senhores estão nos gabinetes a avaliar números. E só quem anda no terreno e conhece esta região percebe o que é esta Raia fustigada por um forte despovoamento e desertificação, e seria incapaz sequer de pensar em extinção de Juntas de Freguesia e abandonar as populações. Nós temos de tentar fixar população e investimento no Interior e isso passa também por não abandonar nem esquecer as necessidades de quem ainda habita por estas terras.

Acha que ainda é possível ser jovem e ter um negócio de sucesso na nossa região?

É com grande admiração que vejo alguns projetos no Interior, mesmo em Penamacor, a avançar. Tenho amigos que abandonaram Lisboa há alguns anos para investir em Penamacor e só espero que corra tudo bem e que não desistam do seu projeto de vida. Penso que há áreas estratégicas em que ainda é possível estabelecer negócio e ter sucesso. Em termos de património histórico, Penamacor é valiosíssima, está englobada numa série de aldeias e vilas históricas cujo aproveitamento pode ser muito potenciado. Há um turismo cá dentro, em Portugal, que valoriza a História e toda a riqueza patrimonial, e que precisa apenas de ser mais divulgado. Além disso, Penamacor tem ainda a Serra da Malcata de uma beleza estonteante. Costumo lá fazer passeios de mota com amigos de todo o país e vejo que eles ficam extasiados com aquela paisagem de cortar a respiração. Outro fator que pode beneficiar o turismo de Penamacor passa igualmente pela proximidade à Serra da Estrela, que já está tão divulgada... Há toda uma série de imagens e potencialidades que podem ser melhor aproveitadas e potenciadas. Mas, para isso, precisamos de quem as promova, precisamos da ajuda do Estado (e existem esses organismos de promoção). Se temos essas condições, temos apenas de saber potenciá-las e comunicá-las para o resto do país e exterior. E temos. Dentro da área do turismo e da produção agrícola, temos possibilidades de potencial de aproveitamento, basta somente acreditarmos e termos a coragem e audácia de darmos esse passo. ■

ALDEIA DE JOÃO PIRES A DAR MÚSICA HÁ 105 ANOS

A cerca de 10 Km da sua sede de concelho, Penamacor, fica uma das joias do concelho - a linda freguesia de Aldeia de João Pires. Caracterizada pelas suas casas de cantaria e muitos balcões típicos, esta é uma das aldeias mais bonitas da Beira Baixa. Tem um pequeno Museu, que é propriedade da Fábrica da Igreja, e a União de Aldeia de João Pires - Sociedade Recreativa Musical, uma coletividade cultural, recreativa e artística cuja fundação remonta a 1908. Comemora, portanto, este ano 105 anos de existência. Atualmente é presidente da direção o Sr^o José Luís Caria Santo. Há mais de 25 anos a ser dirigida pelo Maestro Manuel Matos

Lopes, a banda tem levado a cabo, nos últimos anos, um esforço enorme na mobilização de jovens das aldeias vizinhas, ou mesmo da sede de concelho, tendo neste momento um conjunto de aproximadamente 35 elementos.

Aldeia de João Pires é uma das freguesias que se encontra na reorganização administrativa, vai fazer parte da futura União das Freguesias de Aldeia do Bispo, Águas e Aldeia de João Pires, na certeza de que a sua identidade cultural, artística e patrimonial está assegurada nas notas musicais destes jovens. ■

da esquerda para a direita, de cima para baixo Ines, Tania, Daniela; Viktoriya, Catarina; Jose Luis Caria Santo; Maestro Manuel Matos Lopes; Banda; Ruben Reis



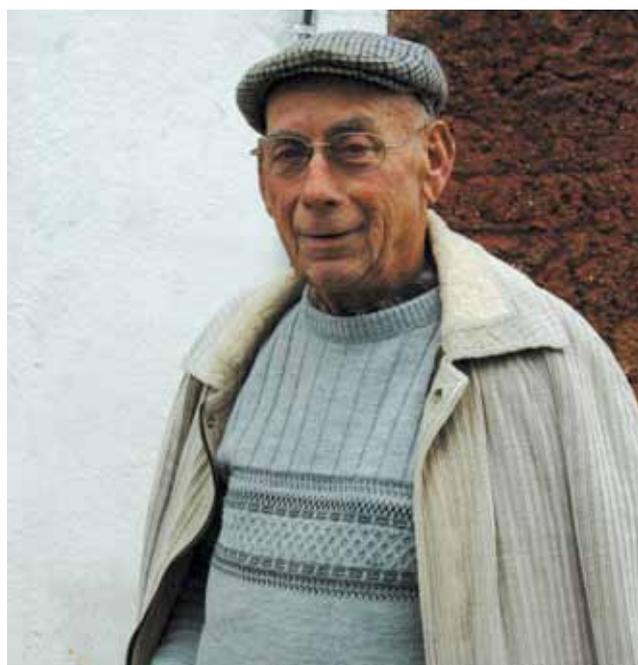
PERAIS

VILA VELHA DE RÓDÃO

Espreita timidamente o sol por entre as nuvens de algodão. A primavera teima em não chegar. Há um movimento invulgar pelas ruas de Perais. Estamos na semana que antecede a Páscoa e os que vivem fora aproveitam para visitar familiares e afivelar os laços de pertença afrouxados com a passagem do tempo. Vão de sorriso rasgado e alma leve pela calçada que os leva até ao café da aldeia. Cá fora, a proprietária esmera-se na limpeza da montra. Noutras moradias, lavam-se fachadas e sente-se no ar um odor de

asseio festivo. Tudo tem de estar impecavelmente limpo para acolher os filhos da terra distantes no viver, mas sempre próximos no ser. O brio no bem receber desta gente humilde está bem vincado no seu carácter sofrido, mas de candura inigualável na hora de abrir a porta de sua casa - porque “se à porta humildemente bate alguém, senta-se à mesa com a gente”, já cantava Amália Rodrigues. E essa casa portuguesa é, com certeza, uma casa da BIS. ■

da esquerda para a direita, de cima para baixo Benvinda Migueis; Henrique Dias; Joaquim Caetano; Joaquim Dias



PÓVOA DE RIO DE MOINHOS E TINALHAS CASTELO BRANCO

Chove em Póvoa de Rio de Moinhos. Pingam as horas vazias a compasso no pulsar solitário da aldeia. Abrigamo-nos da tempestade e olhamos em redor. Ninguém. O silêncio apenas é cortado pela espécie de marulhada que o som da chuva lembra. Já em ponto de resignação, voltamos para o carro, cientes de que não haverá vivalma que se atreva a enfrentar o mau tempo. Ainda mal terminado o pensamento, eis que surge uma carroça. O homem que a conduz, dá-nos a salvação e antecipa-nos resposta à nossa dúvida, ainda antes de a verbalizarmos: “O trabalho do campo é assim... faça chuva ou sol, ele tem de ser feito”. Mais abaixo, de chapuzinho na cabeça, Maria da Senhora da Luz tagarela no portão com duas vizinhas. Ah... as mulheres e as conversas

de cereja... Nem o temporal as demove. Com uma vivacidade sagaz no olhar, Maria da Senhora da Luz convida-nos a conhecer o seu pequeno mundo, entre os animais da sua horta. Está na hora de seguir caminho. Já só parámos em Tinalhas. É no café que nos dá guarida da chuva que encontramos os próximos intervenientes. É gente mais jovem. Despreocupados, beberricam café quente e despejam joviais conversas, sem que o chamamento da terra os apoquente a largar o conforto temperado do estabelecimento. Talvez porque ainda tenham na família alguém mais velho que lhes cuide dos campos. Talvez... Curioso, este contraste no sentir e no agir das diferentes gerações. ■

da esquerda para a direita, de cima para baixo Helena e Luísa; Luís Madeira; Manuel André; Maria da Senhora da Luz



TORRE MONFORTINHO

Desertificação vs. Envelhecimento

Sem dúvida que, ao percorrer a BIS, encontramos locais lindos e mágicos. No entanto, existe algo que torna estes sítios tristes e medonhos (desertificação humana).

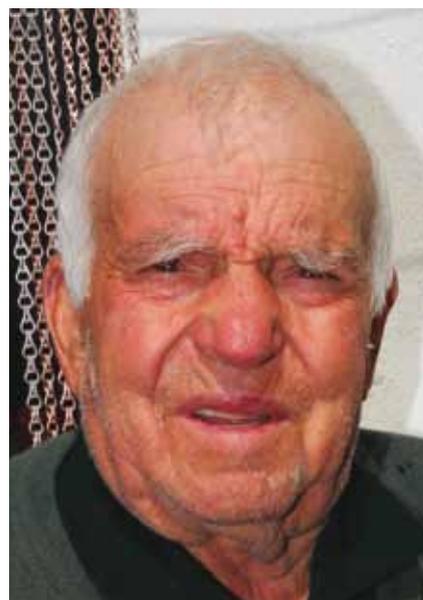
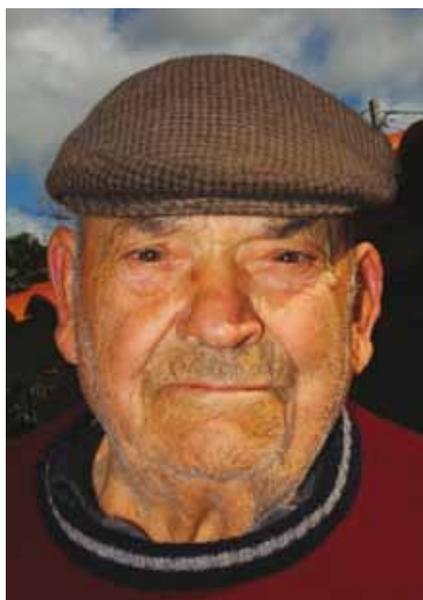
Percorrer as ruas de uma aldeia e não encontrar pessoas torna a viagem/percurso algo estranho. Questões como estas - “Não vive aqui ninguém?”, “onde andam as pessoas?” vagueiam no pensamento enquanto percorremos as ruas desta vazia aldeia à procura de alguém.

Com sorte, encontrámos Manuel Martins, um senhor simpático que tornou esta viagem muito mais simples e má-

gica. Percorremos as ruas ao encontro das poucas pessoas que por ali vivem, e ele acaba por nos dizer que a hora escolhida não é a melhor, pois “dos poucos que vivem aqui, estão nas hortas a tratar de vida”. Felizmente, e com a ajuda do Senhor Manuel, encontrámos as gentes da terra, ocupadas nas suas tarefas diárias, mas disponíveis para a fotografia, inicialmente algo tímidos, mas que acabaram por se revelar uns verdadeiros modelos.

Além de viverem poucas pessoas, algo nos despertou a atenção e nos entristeceu. Em conversa, soubemos que a pessoa mais nova que vive na TORRE já tem mais de 40 anos. Sinais reais de envelhecimento do nosso território e que em locais como esta aldeia tem o seu impacto. ■

da esquerda para a direita, de cima para baixo Augusta Pires; Ilda Sousa; Joao Andrade; Manuel Martins; Joao Geraldès



GRANDE TEMA

REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL DA BIS

CHÃO OU TERRITÓRIO?

Lopes Marcelo

1.

A reorganização da administração local pode ser vista de forma superficial, como mera alteração do mapa administrativo do país ou, de forma mais séria e profunda, como reestruturação do território. A perspectiva que considero valer a pena, sem pressas ou agitação de interesses e de bandeiras partidárias e que merece reflexão séria e profunda, não se limita ao mapa delineado de uma ou outra forma, mas, antes, deve atender às características produtivas, à identidade cultural, à história, aos valores e às tradições enraizadas no viver das gentes que, humanizando o chão que herdaram, o foram transformando em território vivo e fecundo.

2.

Chão ou território? Mais importante do que as características geológicas, de planura ou relevo, de aridez ou de fertilidade, de campina ou montanha; muito mais importante é a ocupação humana desse chão e, sobretudo, a noção e o sentimento de pertença a um território vivo que as pessoas tenham. É decisivo o grau de consciência e de auto-estima que sentem e assumem, quer os residentes, quer os seus representantes «deslocados» para os órgãos de decisão, seja de gestão da vida económica e social, seja da vida política e administrativa. É, portanto, uma questão essencial de atitude e de mentalidade, de tomada de consciência, de conhecimento e de partilha desse conhecimento, dessa maneira enraizada de ser e de estar. **Sabermos quem somos e de onde viemos! Como somos? Como queremos continuar a ser e a viver? Para onde vamos, ou seja, que futuro construímos? Ou deixamos que o destruam e o roubem?** Dito de outra forma, quem tomará as decisões sobre o desenvolvimento das nossas terras? Quem vai definir as políticas concretas e quem decidirá as prioridades e a afetação dos recursos e dos meios às ações concretas no terreno? Qual o papel das pessoas e das suas organizações sociais ditas recreativas desportivas e culturais mas, também, económicas, as famílias e as empresas que compõem o rico e variado mosaico do território?

A reflexão sobre as diferentes e opostas noções de **chão e de território** poderá fazer alguma luz sobre as questões essenciais (porque reais e verdadeiras) e incontornáveis (porque autênticas); quer se goste ou não, quer já se tenha encarado tal perspetiva dicotómica, ou ainda não!

3.

Baixamente chão! Há pessoas para quem o terreno, a parte da terra que lhes é dado habitar, é apenas chão! De facto, serve para ser pisado, sustentando-os de pé. E daí, para sua comodidade, convém-lhes que o chão seja liso, se não é, aplanar-se ou arrasar-se! E então se for empedrado ou alcatroado, muito melhor! Se houver muito espaço, muito chão, mais e mais podem construir e negociar, mais espaço têm tais decisores para os seus pés grandes e também importantes bases para as suas carreiras de negócios e/ou políticas. Para tal atitude e maneira de ver dessas pessoas, quantos menos habitantes residirem nesse chão (**baixa densidade populacional**), melhores oportunidades para estenderem mais cimento, alcatrão e betão! Quanto mais baixa for a densidade de vegetação, menos atividades vegetais e menos animais ali residirem melhor, pois mais espaço haverá para os seus pés e seus interesses se movimentarem! O património, a herança do passado, a biodiversidade e as atividades culturais são regra geral utilizados como figuras de retórica e meros adornos de circunstância nos discursos públicos. Depois, na prática, são tratados com os pés. De facto, no essencial, interessa-lhes acima de tudo a sua rede de interesses para conforto dos seus grandes pés em chão liso, se possível envernizado e alcatifado dos ricos gabinetes e interesses no chão sem vida!

4.

Altamente território! Outras pessoas, a maioria certamente, mas que apenas contam como números estatísticos para os auto-convencidos decisores de pés grandes e cabeça ladina, o terreno que habitam e de onde retiram o seu sustento não é mero chão mas, antes, território vivo. É, antes de tudo, raiz, memória e história de sucessivas gerações que humanizaram a paisagem e apuraram com o seu engenho e arte especializações produtivas, valores e tradições! De facto, na milenar sequência de usos e costumes, os saberes e os sabores em comunidade constituem sínteses amadurecidas da evolução das pessoas no processo de relacionamento entre si e com a natureza! Em tais saberes, rituais simbólicos e tecnologias humanizadas, **crystalizou-se a alma inventiva das gerações, trazendo até nós um território vivo altamente rico** de pessoas sábias, de produtos genuínos e de valores culturais originais! E cá temos tantas joias da expressão genuína da sabedoria popular, portadoras de mensagens culturais, de economia de rosto humano, de valores e de emoções que lhes asseguram identidade, ou seja **território físico e território de afetos altamente humanizado!** Assim, um chão vivo em que o homem não seja predador, rico de bandeiras, que dignifica e celebra as suas memórias, valoriza e preserva a sua história com personalidade e identidade cultural é, em suma, **território de alta densidade** quanto aos saberes, sabores e afetos! **Território etnográfico altamente denso** de memórias, de usos e costumes, de monumentos e património típico, de pessoas *genuinamente modestas de pés pequenos mas de alma grande!* Pessoas com pouca instrução das «escolas» da demagogia, da especulação e da simulação, mas cultas de saberes e saberes-fazer que dão sentido à vida.

5.

Que Comunidades? Será que as nossas terras têm apenas a frágil dimensão correspondente às centenas de pessoas residentes? Não lançaram para as cidades e para a emigração milhares dos seus naturais? Não vêm em massa os seus filhos nas férias e por altura das festas tradicionais, quais peões feridos pelo chão alcatroado e saturado em ânsia de território vivo e humanizado? Não serão, assim, as nossas terras, verdadeiras **Comunidades de origem**, quais pequenas mas verdadeiras pátrias dos nossos afetos e âncoras do sentimento de pertença como base de Identidade!

Se é para, no campo da reorganização da administração local, se definirem **Comunidades**, então não podem prevar o critério dos decisores de pés grandes e cabeças espertas no conforto alcatifado dos gabinetes. Quando tal acontece, mais tarde ou mais cedo, a maioria das pessoas tem de rebentar a **armadilha asfíxiante de apenas contar para as estatísticas e exigir que sejam respeitadas**, bem como respeitem a sua cultura e território. É que **Comunidade** pressupõe um grupo integrado de pessoas que compartilham um território vivo e com personalidade cultural, prosseguem laços de parentesco, repartem tarefas produtivas, funções sociais e de representação, visando satisfazer de forma solidária interesses comuns e defender valores coletivos. Esquecer estes valores é reagir apenas com os pés!

DEBATE EM VILA VELHA DE RÓDÃO

20 de Fevereiro

“Reorganização Administrativa Territorial da Beira Interior Sul”

Diz-se que já houve... ou vai haver: uma reforma da Administração Local, que é, ou será, - uma reforma de gestão, uma reforma de território e uma reforma política - portanto, uma reforma que vai alterar as regras: da gestão autárquica, do ordenamento administrativo do território, e das políticas de governação local.

Dada a importância de tais “reformas”, decidimos ir ao encontro do maior número possível de pessoas da BIS (Beira Interior Sul), para saber que opinião têm das reformas anunciadas.

Fomos, e continuaremos a ouvir o que os cidadãos da BIS pensam. Mas, sem grande surpresa, constatamos que o desconhecimento do assunto era praticamente total; dessa tal reforma, as pessoas só falaram da extinção das Freguesias, perguntaram se estávamos a falar *da lei da extinção das Freguesias*.

Da tal reforma *da gestão, do território e das políticas*, nunca tinham ouvido falar não senhor!



O primeiro encontro - debate aconteceu em Vila Velha de Ródão a 20 de Fevereiro passado, aqui vos deixamos uma síntese breve do que ali foi dito. Outros debates se seguirão.

Dissemos, ouvimos e entendemos:

Embora se trate de uma Reforma da Administração Pública, e a Administração Pública deva servir para administrar os territórios e as suas populações, parece que quem pensou e quer aplicar a dita lei entende que ela só diz respeito aos já eleitos.

Portanto, se as pessoas não estão a perceber o que se está a fazer é porque se está a fazer uma coisa que as populações desconhecem que está ser feita. E, por isso, digo, acordámos tarde. Este trabalho que a revista VIVER se propõe fazer agora, já devia ter sido feito há muito mais tempo e por muito mais gente... Mas, mais vale tarde do que nunca, e aqui estamos nós para informar e trocar ideias acerca deste assunto.

Para mim, isto não é Reforma nenhuma. Pura e simplesmente trata-se de extinguir freguesias, não se reforma nada. Porque ao extinguir freguesias não se promove maior proximidade nem uma descentralização administrativa como o Governo tenta apregoar. Muito pelo contrário. Não se valoriza a prestação de um serviço público e muito menos se reforça a coesão e competitividade territorial.

Porque é que se avançou para esta ideia? Porque estamos sob intervenção externa e um dos pontos debatidos foi a redução das autarquias locais. Ora, autarquias locais são juntas de freguesia, mas também câmaras municipais. No entanto, como as câmaras municipais têm um lobby extremamente forte, foram afetar as juntas de freguesias de todo o país que, no seu conjunto de mais de 4000, representam apenas 0,1% do Orçamento de Estado. No universo do Orçamento de Estado, a quantia que se vai poupar com a extinção de freguesias é irrisória.



Estamos num território de baixa densidade e em risco de desertificação. Ao fazermos redução de freguesias em concelhos como Idanha-a-Nova, Castelo Branco, Penamacor e Vila Velha de Ródão, estamos a afastar os centros de poder dos cidadãos. Depois de terem levado a escola primária, de terem levado a GNR, de terem levado o centro de saúde, de terem levado o posto dos correios, a única entidade que liga as pessoas ao aparelho do Estado é a Junta de Freguesia. Com isto, as pessoas das freguesias que vão desaparecer na sua localidade ficam mais afastadas, mais isoladas da única entidade que lhes prestava apoio social. Então isto serve para quê? Isto resolve algum problema do país e das pessoas? Se me perguntarem se é necessário fazer alguma reforma? É, claramente! Mas não nos moldes em que está a ser feita! Como é que é possível estarem a extinguir indiscriminadamente juntas de freguesia, se há câmaras municipais neste país que são mais pequeninas que muitas juntas de freguesia?

Estão em curso duas chamadas Reformas, ao que parece. Uma é a reorganização das freguesias e outra é a reorganização das comunidades intermunicipais. E, parece-me, que ambas muito mal organizadas. Ainda não vi nenhuma justificação sólida para dizer que ela é necessária.

Deu-se como adquirido a nível político, mediático e, em alguns casos, técnico que a Reforma Administrativa do País era necessária, mas ainda não vi nenhuma fundamentação clara sobre isso. Ou seja, o que é que na atual organização administrativa é impeditivo, funciona mal e deve ser modificado? Porque objetivamente não se começa pelo fim. Quando nós queremos mostrar necessidade de uma alteração, temos de mostrar primeiro os objetivos, o que é que ela pretende mudar e só depois vamos desenhar essa mudança em função desses objetivos.

A verdade é que o custo das organizações administrativas de carácter local, nomeadamente das câmaras municipais e juntas de freguesia, que são as que mais se fala, representam uma pequeníssima parte dos custos administrativos do país. Mesmo juntando toda a administração municipal, ela tem um peso na totalidade dos custos financeiros da administração em Portugal muito pequeno em relação àquilo que é a média europeia. Portanto, esta justificação não me parece minimamente demonstrável deste ponto de vista. Ou seja, aqui nem se trata de uma razão de reforma, porque funcione mal, mas unicamente de uma forma de defender uma ideia em nome de uma poupança inexistente.



Para mim, o que temos em cima da mesa não tem nada que ver com Reorganização Administrativa Territorial e isto nunca tem sido falado. Nunca me lembro de nenhum político ter falado de forma programática na reforma das autarquias locais. Isso apareceu na agenda política, por razões de negociação com a Troika, como um problema aparentemente estrito de ordem financeira. Porque todas as restantes razões apontam no sentido contrário. Eventualmente nas cidades pode haver uma racionalização das autarquias. Agora, nas zonas rurais é uma coisa absurda, porque a junta representa a única presença do Estado junto do cidadão. E o desaparecimento dessa presença acentua a clivagem e a desconfiança cada vez mais acentuada dos cidadãos relativamente ao Estado.

Relativamente às comunidades Intermunicipais, acho que existe uma tentativa encapotada tecnocrática de criar um poder supra-municipal e não por razões políticas. Se houvesse fundamento político, ele só poderia advir de três razões conjugadas: uma razão de economia, uma razão de cultura e uma razão de território. Ou seja, administrar melhor o território, conseguir maior coesão social e cultural e conseguir maior competitividade económica. Só isso pode justificar a existência de uma reforma. E essas razões também não as vejo.

A criação destas comunidades intermunicipais não tem uma razoabilidade política, mas apenas uma racionalidade de carácter económico e financeiro. Não nasceu em Portugal, nasceu em Bruxelas e nasceu de uma reorganização do sistema de gestão dos fundos. Ou seja, não nasceu das necessidades que se vivem no país, nasceu da necessidade de nos organizarmos em função daquilo que dá jeito a quem nos dá o dinheiro.

Historicamente, esta reforma administrativa também mostra que é um erro. As reformas administrativas devem fazer-se quando as populações não desconfiam do Estado. E, portanto, o mais certo é que as pessoas vão sempre desconfiar, seja qual for o resultado final desta reforma, mesmo que seja aparentemente bom.

Eu, como cidadão, acho que isto foi uma asneira de todo o tamanho e que nas próximas eleições autárquicas as pessoas vão ter de dizer uma palavra. Acho que é uma bomba que vai explodir e eu sou dos cidadãos que desejam que expluda forte e feio. E que as eleições autárquicas sejam boicotadas neste nosso território.

Quando a representação política dos atores se assume, para obter mérito, com o discurso de mais proximidade, mais eficiência, coesão do serviço

público, coesão territorial, etc., para logo depois fazerem precisamente o contrário, a peça acaba mal. Não desejo que o teatro vá abaixo, mas estou plenamente de acordo que o pano seja rompido.

A ideia base é que não faz sentido nos nossos territórios, nomeadamente os de baixa densidade, que se extingam serviços, faz sentido é acrescentar. E aqui julgo que o direito à indignação das pessoas virá ao de cima. É tudo uma questão de tempo.

Há uma dificuldade de articulação entre o poder central e autarquia local. E desde o aparecimento das autarquias locais, desde o 25 de Abril, o que vieram elas resolver? Resolveu em bons gabinetes, em clientela partidária, em quem está no poder privilegiar mais os seus amigos... Todos os partidos fizeram isto! E isto passou-se tanto a nível territorial como no poder central.

Os concelhos do nosso território são, muitas vezes, um conjunto de ilhas rodeados de terra por todos os lados. São geridos como ilhas, mesmo, muitas vezes, tendo ao lado autarcas do mesmo partido, que não são capazes de se unir pelo desenvolvimento de um território comum. E depois há o paradigma da piscina, do relvado, que todos querem ter independentemente da utilidade do espaço ou da proximidade do equipamento mais próximo.

Estamos fartos que os territórios de baixa densidade sejam usados como a cor bonita ou o sal para temperar a comida que os outros comem e levam para outro sítio. Os territórios de baixa densidade servem para projetos, para programas, para aquilo e para o outro, que são aprovados, mas depois não fica cá nada. Todos estes programas comunitários têm revelado ser um desastre.

Os nossos territórios não são baixos em nada. São altos em identidade cultural, são altos em património cultural, são altos em produtos genuínos, são altos em paisagens humanizadas, são altos em novas oportunidades de investimento, são altos! As pessoas é que têm sido baixas!



Quem é que hoje pode dizer que o deputado A ou o deputado B é o seu deputado? Pode dizê-lo enquanto estrutura partidária, não pode dizê-lo em termos territoriais! E as comunidades territoriais têm de ser comunidades eleitorais, porque só assim é que fica salvaguardada a coerência da representação. Deputar significa falar em nome de alguém, tem de ser eleito dentro da própria comunidade territorial, o processo tem de ser feito de baixo para cima de acordo com o plano de desenvolvimento e coerência do próprio território.

Deixámos diabolizar os nossos autarcas, quer os presidentes de junta, quer os presidentes de câmara, todos! E andamos aqui impávidos a deixar passar a imagem de que os políticos só se preocupam com as eleições. E a nível local não é isso que acontece.

Só há desenvolvimento a nível concelhio e a nível do Interior porque houve presidentes de junta e presidentes de câmara que eram dessas terras e tiveram interesse em desenvolver as suas terras. Estou de acordo que há muitos equipamentos repetidos e que há falta de ligação entre uns e outros. Agora, a minha preocupação não é por ter um governo político, mas por ter um governo tecnocrata, financeiro, que vê o país apenas como uma gestão de corte de

despesas. E assim é fácil. O hospital não dá, corta-se, a junta de freguesia gasta umas migalhas, corta-se, e assim nós vamos conseguir equilibrar o défice, mas vamos acabar com o país assim como o conhecemos.

Eu sou presidente de uma assembleia municipal e fui confrontado com esta história das comunidades e não tive informação de ninguém! E sou autarca! Não tive informação nenhuma, senti-me indignado e tive de recorrer aos jornais para tentar perceber o que se estava a passar. Se estes senhores continuarem, o poder local, tal como o conhecemos, acabou e todos os órgãos locais têm menos a dizer e a decidir. E é mais uma forma de acabar com o Interior. Como sempre. Enquanto não tivermos uma atitude de estouro, não vamos sair disto com discussão de ideias, porque eles simplesmente não querem saber do que andamos para aqui a discutir.

Daqui a pouco vamos deixar de ter sistema democrático, deixamos de ter sistema por eleição e passamos a ter sistema por nomeação.

Quanto às comunidades intermunicipais, quando vejo os nossos concelhos pequeninos agrupados com outros de bastante maior dimensão e que nada têm que ver com a nossa realidade, percebo imediatamente

que vamos ser esmagados. E alegam eles com isto o aumento de massa crítica. Massa crítica? Eu é que sei o que preciso para a minha terra, não são os tipos de Mação, Abrantes ou Tomar! Portanto, está aqui em causa a perda total do poder local. E foi esse poder local que permitiu que hoje se viva no Interior com acesso a tudo e com qualidade de vida!

Eu sou um beirão bruto e digo claramente: isto só já lá vai com porrada, porque ninguém lá de cima nos quer ouvir. Temos um Governo completamente autista.

Eu sou de opinião de que deve haver reforma. Mas faz algum sentido que exista mais de que uma freguesia urbana em cidades pequenas, como tanto por aí se vê? E, depois, claro, os presidentes de câmara também se opõem a isso, porque essas juntas de freguesia funcionam como uma extensão do seu próprio poder.

Não se consultam as populações para fazer a reforma, porque as pessoas pura e simplesmente não estão disponíveis para mudanças. E o poder local não fica posto em causa. Não é com menos duas ou três freguesias que ele acaba, porque as populações das localidades não deixam de existir.



Eu acho que as populações gostam de mudanças, quando lhes é mostrado que vão beneficiar algo com elas. Como, até ao momento, ninguém nos soube mostrar quais os benefícios destas reformas, é óbvio que as pessoas ficam reticentes e avessas à mudança. E, ao longo dos tempos, no que toca ao Interior todos temos vindo a verificar que estamos a regredir com as mudanças que têm sido feitas.

Este Governo é de gestores, de maus gestores, que se baseiam em paradigmas completamente errados. Concordo que precisamos de reformas, nada pode continuar como está, porque já vimos que também não é desta forma que conseguimos evoluir, mas as reformas não podem ser feitas desta maneira: impostas e contra as pessoas.

Estão a enfraquecer o poder local com esta reforma, porque estão a afastar as pessoas dos seus órgãos eleitos.

Eu tenho muito medo desta reforma administrativa, porque da parte da reorganização da Administração

Central, com a junção de pastas, ninguém se entende, e há pessoas que estão sentadas nos seus gabinetes sem fazer rigorosamente nada. Se eles vão fazer nos territórios aquilo que estão a fazer nos ministérios deles, então estamos completamente perdidos, porque eles não têm orientação nenhuma. Um mesmo organismo pede um relatório - tipo, outro já vem pedir outro impresso, ninguém se entende, porque um ainda trabalha com o sistema antigo e o outro com o novo. É a confusão total.

O problema não está na existência das NUT's em termos de planeamento. O problema é transformar estas entidades em entidades políticas. A nova legislação que está em cima da mesa é no caminho de transformar estas entidades, organizadas em entidades de planeamento, em entidades com dimensão política.

É necessário centralizar e reorganizar, mas não pode ser num período de crise e à pressa, porque essa reforma tem de ter em conta a identidade de cada território, a sua história e a sua cultura.

Até mesmo para as comunidades intermunicipais existentes, não houve muita informação disponibilizada sobre a reforma que pretende ser realizada. Infelizmente, este mundo globalizado e o facto de estarmos incluídos numa União Europeia obrigam-nos a uma abertura e estamos sujeitos a critérios, critérios esses que são cada vez mais numéricos.

Então mas as comunidades devem ser ou não entidades políticas? São entidades que devem ter poderes de administração para além de mera gestão e planeamento? Mas, se forem consideradas entidades políticas, em democracia, então temos de considerar como se legitima o poder que se lhes vai atribuir.

Planear a Europa para gerir programas é aquela que foi entendida que é a mais eficiente para cada país. Os países podem fazê-la como bem entenderem. O problema é político. É que quem quer transformar estas regiões em políticas vai fazer uma aberração. É travestir as CCDR em comunidades intermunicipais, porque não vão ser



eleitas por ninguém. Isto vai acabar mal, porque nem em termos locais vamos conseguir entender-nos, nem vai haver capacidade para uma gestão organizada dos fundos comunitários. Como é que se faz um programa de desenvolvimento integrado regional, com uma lógica de plurifundos, articulando estes vários interesses? Vai ser um verdadeiro desastre.

Diz um dos objetivos do Livro Verde da Reforma Administrativa: «reforçar a transparência da gestão autárquica, através da formação da cidadania ativa» e «reforçar a cidadania no âmbito do acompanhamento pela sociedade civil da ação e do exercício do poder local, incentivando a criação de recursos e mecanismos para um maior e fácil acesso à informação». E a minha pergunta é: há sinceridade nisto?

Para mim, isto é uma perigosíssima reforma. O que mais se fala é que o poder local está ameaçado por este conjunto de alterações. Estou de acordo, mas não é só o poder local, ou pelo menos, na forma como o concebemos nas nossas cabeças. Quando falamos em poder local, estamos a falar do quê? Eu fico com im-

pressão que falar de poder local é falar dos autarcas eleitos, do poder dos dirigentes autárquicos. As populações não estão lá dentro. O poder local não pertence às populações. Nós próprios, sem nos darmos conta, adotamos estes conceitos. E depois reagimos em função disso. Se me disserem que está ameaçado o exercício restrito do poder local pelos autarcas eleitos, eu digo que uma boa parcela parece-me que está. Agora, o verdadeiro poder local não está, simplesmente porque ele é muito pouco praticado. Este poder local tem de existir através das relações entre as populações e os seus dirigentes, relações de quotidiano, e não relações exclusivamente nos momentos de votação. E isto é fundamental, porque depois os próprios autarcas assumem como sendo só deles esta questão e, como tal, não tem de ser consultada com ninguém. Porque esta noção de que, depois das eleições, os eleitos podem por e dispor do que querem... Poder eles podem, têm poder legal para isso, mas eu falo aqui de outra coisa que se poderá chamar de poder social, que a relação de cumplicidade com a sua população cria e permite”.

Parece-me que os autarcas quando leram este texto de reforma e foram chamados para ter conhecimento da reforma, guardaram isso para eles. E não lhes passou pela cabeça levar as populações com eles. Esta rutura entre quem exerce o poder e aqueles em nome de quem o poder se exerce é um défice democrático sério. E, mais uma vez, todas estas coisas que aqui criticamos têm uma raiz comum: Educação.

Disse-se por aqui que as populações são avessas à mudança, que as populações não entendem - oiço este discurso no desenvolvimento local há 50 anos -, nós até sabemos o que fazer, mas eles não querem. Não. Nós é que não somos capazes de lhes explicar. Nem nos queremos dar ao trabalho disso. Mas não são eles os culpados. Não são os outros os culpados, os culpados somos nós, que não queremos fazer o esforço necessário.

A questão das freguesias neste contexto desta reforma foi uma armadilha. Esta proposta de lei tem coisas extremamente mais graves a nível social e para o desenvolvimento do Interior do que a própria questão

das freguesias. Mas o facto é que serviu de ponto de fixação, de captação das atenções para esse ponto. Ficamos todos a discutir os problemas da extinção das freguesias e mais ninguém se preocupou em discutir a restante reforma. Há aqui uma jogada de oportunismo político.

Há homens que de há 20 anos a esta parte andam pelas instâncias de Bruxelas a reivindicar coisas para o desenvolvimento rural de nível local. E os tecnocratas de Bruxelas deram-lhes muito trabalho, custaram a ser convencidos. Ao fim de alguns anos, felizmente, pareceu que se deu um passo muito grande, quando aparece a proposta de reunir os diversos fundos, todos eles a concorrer para o desenvolvimento rural de nível local. Pensamos então que finalmente vem uma boa estratégia. No entanto, em Bruxelas define-se que em cada território deve haver uma única autoridade que define a estratégia dos investimentos a realizar, do desenvolvimento a fazer - uma estratégia única utilizando os diversos fundos. Esta é a indicação que vem de Bruxelas. O que aconteceu aqui, e como tem sido sempre o problema, foi que os “senhores cérebros” pensaram que se tem de haver uma estratégia única no território, têm de criar uma autoridade única para fazer o desenvolvimento. Qual é a autoridade única em cada território? É a Comunidade Intermunicipal (CIM). Num passe de mão, elimina-se tudo o que são as organizações da sociedade civil e tudo passa para a CIM. E não é só isso. Eliminam-se também os serviços técnicos e especializados que as câmaras municipais têm adquirido de há 20 anos para cá, os seus recursos próprios que têm ao serviço da população.

As câmaras passaram a ter competências que permitiam às populações resolver os seus problemas, sem ter de recorrer a sedes de distrito ou à capital. É verdade que com isso têm muita mais gente a trabalhar nas au-

tarquias. Então o que pensaram os senhores lá de cima? É preciso emagrecer os orçamentos das câmaras e, portanto, é preciso despedir gente. É claro que imediatamente tiveram de passar a vaselina. Não, não vamos despedir, vamos transferir os técnicos camarários para as CIM's.

Ou seja, esta reforma pretende não só acabar com o poder local, mas também com o desenvolvimento local e com as práticas de desenvolvimento local.

Esta é uma forma habilidosa de matar de uma vez por todas a regionalização; dando ideia que se pretende fazer uma regionalização doutra maneira, acabam por matar esse projeto.

Nesta NUT tínhamos três ou quatro municípios e ainda assim não nos conseguíamos entender, nem trabalhar em conjunto, ou muito pouco. Agora passam a sete, a nove, a 12 ou a 15 e acham que vão trabalhar melhor?

Fala-se em democracia, faz-se um discurso cativante que vem aí o melhor dos mundos, mas depois diz-se que os presidentes das CIM's não podem ser autarcas em exercício. É claro que isto não está preto no branco, mas nenhum autarca em exercício numa das câmaras da CIM pode ser presidente da CIM.

O que é que podemos fazer quanto a isto, independentemente das nossas interpretações? Será que podemos fazer alguma coisa, no sentido de esclarecer as populações para que elas possam interpretar à sua maneira e com alguma independência todas estas mudanças? Eu julgo que esta é que é a questão fulcral.

Estas comunidades têm de ser definidas... Ou são NUT's, encaradas como unidades de planeamento e não podem ter as consequências de que aqui estamos a falar, ou são en-

tidades políticas, o que significa que, em democracia, têm de estar legitimadas na representação. Há uma questão de legitimidade. Se os representantes são nomeados, não há legitimidade política. Se não há legitimidade política, então há uma série de poderes que estas comunidades não estão legitimadas para ter.

O problema é que agora nem sempre o pensamento de fazer economia é o prevalecente; o problema é que eles aliam, e isso é inteligente, a diminuição da despesa com o aumento do seu poder.

Sinceros agradecimentos aos participantes:

Valter Lemos

Assembleia Municipal de Castelo Branco

Jorge Neves

Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE)

Manuel Lopes Marcelo

Revista Viver

Francisco Costa

Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova

António Carmona

Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão

Joaquim Soares

Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

Pedro Dias

Comunidade Intermunicipal da Beira Interior Sul (CIMBIS)

Paula Teixeira

Associação de Formação Ambiental e Florestal (AFAF)

Conceição Carvalho

Associação Empresarial da Região de Castelo Branco (NERCAB)

António Lisboa

Junta de Freguesia de Idanha-a-Nova

Idalina Costa

Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

Celeste Rodrigues

Professora de Sociologia

DEBATE EM RETAXO / CEBOLAIS DE CIMA

27 de Fevereiro

“Antigamente, a distribuição do dinheiro era feita da seguinte maneira: Ministério, CCDR e depois câmaras municipais. Abaixo das câmaras, havia ainda as juntas de freguesias. Isto em termos de Administração pública. Mas depois há a sociedade civil - associações e coletividades, voluntariado - que também até agora tem beneficiado desses fundos. O que se pretende agora fazer é introduzir entre a CCDR e as câmaras municipais um outro poder - as Comunidades Intermunicipais (CIM's), que já existiam de certa maneira, mas às quais agora vão ser dados novos poderes. Estas CIM's vão absorver parte dos recursos humanos que se especializaram nas câmaras municipais ao longo destes últimos 20 anos, no sentido de cortarem os orçamentos camarários. Ou seja, uma câmara que

hoje tem 15 técnicos, que são locais, que são da terra, vão ser postos na rua, porque não há mais orçamento para eles. Apenas dois ou três serão destacados para a CIM, que ficará sediada noutra lugar. E mais: há CIM's que vão agregar quase 20 municípios. Ora vejamos no nosso caso: Se quatro presidentes de câmara que compunham a BIS sempre tiveram imensa dificuldade em trabalhar em conjunto e partilhar um bolo comum, agora imaginem como vai ser quando forem agregados ainda mais municípios”.

“A população que, até agora, ia à sua câmara procurar serviços de proximidade de apoio, com a retirada de todos esses técnicos camarários, se quiser resolver um problema terá de

fazer quilómetros para se dirigir à CIM mais próxima. Aqui vocês estão privilegiados, porque possivelmente a sede da CIMBIS vai ficar em Castelo Branco e, portanto, o decisor dos serviços continuará à mesma distância. Mas, com a maioria, isso não vai acontecer. Pensem em Penamacor e Idanha-a-Nova, por exemplo”.

“O que mais me aflige é: o nosso presidente da Junta conhece-nos, a gente precisa de um papel ou de qualquer tipo de apoio, basta chegar que ele já sabe as nossas necessidades, não precisa de fazer nenhum estudo da nossa vida. Agora, com esta união... O senhor presidente dos Cebolais não sabe o meu viver aqui no Retaxo, assim como eu não sei do viver dele lá em Cebolais de Cima... E vai, com





certeza, exigir mais documentos que não seriam precisos aqui no Retaxo pelo presidente que já me conhece. E lá andarei eu, para trás e para a frente, a levar mais um papel, ai agora falta mais um documento... Eu morro de pena da nossa freguesia acabar”.

“Com a extinção das duas freguesias, com a criação de uma nova freguesia com a junção de três localidades (Retaxo, Cebolais de Cima e Represa), nada vai ser como antes. Estamos a falar de mais de 900 pessoas no Retaxo, 1000 e tal pessoas em Cebolais de Cima, logo vamos juntar duas mil e muitas pessoas no total. Falaram eles lá no Governo em ganhos de escala e de representatividade! Mas não se iludam: não julguem que, por sermos mais, o orçamento vai ser maior! Um dos grandes problemas vai ser mesmo esse: ter um igual orçamento (ou ainda menor) para gerir mais território e mais pessoas!”.

“A vantagem dos presidentes das Juntas de Freguesia das aldeias em relação aos das Juntas de Freguesia das grandes cidades é o conhecimento direto. Eles podem ter exatamente as mesmas competências, podem ter a mesma humanidade, mas se o da grande urbe não tem conhecimento direto da sua população não está tão capaz de julgar e analisar uma situação imediatamente quanto está o da aldeia”.

“Mas acho que aqui, neste caso específico, essa questão não se coloca. Independentemente do bairrismo de cada um, eu sou do Retaxo com muito orgulho, este senhor é dos Cebolais com muito orgulho, eu conheço-o e ele conhece-me. Aqui todos nós nos conhecemos! Para mim, esse é o menor dos problemas! E desta união vão nascer cumplicidades, com certeza. Além disso, não podemos por a questão a nível individual; nestas duas freguesias, temos várias coletividades e também para elas tudo isto vai ser um problema. Quanto a mim, maior, que para qualquer um de nós, individualmente. Agora, temos ter o discernimento e a inteligência de pensar que, se não há volta atrás, a melhor forma de enfrentar tudo isto é começar a trabalhar para minimizar a dificuldade e adaptarmo-nos à mudança. A situação está criada. É um facto adquirido!”.

“Em Sociologia, e em relação à evolução da sociedade humana, nada está adquirido! Depende da nossa vontade e do nosso empenho mudar aquilo que parece estar adquirido!”

“Por mim, esta reforma até me é um pouco indiferente, vejo esta reforma como sendo má pensando muito mais nas pessoas idosas. Se eu hoje precisar de uma declaração da Junta, da Câmara Municipal, da PSP, vou à internet e faço tudo online. A maio-

ria dos nossos idosos não o consegue fazer. Eu acho que a reorganização do território deve ser feita, mas não nestes *timings* nem na proporção em que foi feita. Andou-se a falar dois ou três anos nesta lei e ela aparece agora como facto consumado, sem direito a discussão e contestação”.

“Quando diz que a si esta reforma lhe é um bocado indiferente e não lhe afeta muito, mas sim aos velhos, pense numa coisa: também o afeta a si, porque um dia também vai ser velho! O nosso egoísmo domina e, enquanto não sentimos na pele os problemas, não queremos saber dos problemas dos outros. E é este o grande problema da sociedade portuguesa - muitos ainda não saem para a rua em manifestação, porque pensam: ah eu ainda me safo! E, safando-se, o resto é com os outros”.

“Não me venham dizer que esta lei foi feita em cima do joelho, foi uma estratégia muito bem pensada para camuflar coisas que os senhores do poder querem camuflar. Isto não é feito por ingénios, nem por acaso”.

“Eu não concordo quando se diz que não se pode alterar nada. Há uma coisa que podemos alterar e que eles não podem impedir! Ninguém pode impedir que nós alteremos o nosso conhecimento! Pelo menos, estamos conscientes de como as coisas são feitas! E isso dá-nos muito mais poder, mesmo parecendo que não!”

“Até hoje, mal ou bem, todas as câmaras distribuem umas migalhas pelas associações do seu município. Isso, para esta gente lá de cima, não pode existir. Terminou. Então isto não afeta as nossas vidas?”

“Estamos mais preocupados com as pequenas quezílias que poderão existir com a junção de freguesias, qual o primeiro buraco que o presidente vai arranjar, se vão ser bem tratados num lado e no outro... A mim preocupam-me mais outras coisas. Preocupa-me mais o dinheiro que o presidente vai ter disponível para gerir um território muito maior. E nisso vamos ser muito prejudicados”.



“Em minha opinião, os presidentes de câmara não fizeram tudo o que estava ao seu alcance para alterar esta situação. Isto foi um braço de ferro entre o Governo, que teve culpa (não digo que não!) e os presidentes de câmara, que praticamente todos se uniram para não se imiscuírem na escolha das freguesias a extinguir, deixando-as ao abandono. Deixaram a Comissão Técnica que está lá em Lisboa delinear o mapa, que é o atual. Quanto a mim, as câmaras erraram. Porque, aquelas que tiveram coragem de falar, ganharam com isso, nem que fosse que uma ou duas freguesias não fossem agregadas. Aqui, e infelizmente na maior parte do país, não se conseguiu nada disso, porque simplesmente deixaram que a Comissão Técnica lá de Lisboa, que não percebe rigorosamente nada do território, decidisse. Se a Câmara deste concelho tivesse intervindo, nem que conseguisse que apenas uma das freguesias não fosse agregada, já era ganho para o território”.

“É claro que se pode dizer que a postura da Câmara foi a de empurrar a situação com a barriga. A situação mais fácil é fazer como Pilatos - lavar as mãos - e dizer “nós não propomos nenhuma, porque temos 25 filhos e não queremos matar nenhum”. É válido. Agora, claro que, politicamente, havia a possibilidade de resolver isso nos bastidores, lá isso havia”.

“Por que razão é que, sendo a proposta a de discutir a virtude ou o pecado das leis globais, nós todos aqui presentes, sem nos darmos conta, não entramos nessa discussão e caímos imediatamente nos problemas aqui da terra? Se as leis que estão a ser aplicadas, fossem aplicadas só no Retaxo ou nos Cebolais, aí dar-lhe-iam toda a importância e não se discutia mais nada! Mas, se as leis são para o país inteiro, a importância de Retaxo ou de Cebolais tem outra relação. O que pedimos é: olhem para a lei não apenas por afetar o Retaxo e os Cebolais, mas porque afeta todos os Retaxos e Cebolais deste país! Aquilo que vocês pensam que são originalidades aqui destas localidades, passa-se exatamente da mesma maneira em todo o lado, mais coisa, menos coisa!”

“E este bairrismo de que se fala entre freguesias, muitas vezes acontece dentro da própria freguesia. Vocês acham que no Retaxo ou nos Cebolais existe uma coesão da população capaz de ser solidária uns com os outros? Não existe aqui, nem em lado nenhum! E andam a enganar-nos quando dão o nome de Comunidades a coisas que nunca foram comunidade, coisa nenhuma! CIM - Comunidade Intermunicipal. Qual comunidade? Isso é um insulto! Não há comunidade nenhuma nisso! O que é uma comunidade? Muitas vezes, uma família não é uma comunidade! Quanto mais uma aldeia, ou

uma freguesia! Dentro de uma freguesia há interesses que são diferentes, há grupos de interesses divergentes! Dentro da mesma freguesia, dentro de uma coisa a que chamam de comunidade, há contradições muito difíceis de ultrapassar!”

“Os homens não são santos, estamos cheios de defeitos, estamos cheios de contradições, estamos cheios de egoísmos, mas somos assim mesmo. E a única coisa que nos pode fazer melhores a cada dia é a vigilância daqueles que estão à nossa volta. É o peso social, é a crítica social daqueles que estão à nossa volta é que nos pode influenciar a ser melhores a cada dia. Quando não há isso, somos lobos. Todos”.

“Quando se fala em democracia participativa não tem nada que ver com democracia representativa. A democracia participativa exige que haja uma relação de conhecimento entre governador e governado. E uma relação de proximidade. E há muito quem diga que só essa mudança poderá permitir resolver estas situações em que todo o mundo anda. São processos. Se aparece um presidente de uma junta de freguesia que só faz asneiras, mas a população dessa freguesia é amorfa e não faz nada, se calhar o presidente da freguesia até tem razão! É como o velho ditado diz: *cada povo tem o Governo que merece*”.

A ORDEM É EXTINGUIR!!!

Paula Teixeira

[AFAF - Associação de Formação
Ambiental e Florestal]

Vivemos um tempo, em que é difícil viver. Mais difícil é, ainda, viver num território distante, não em termos de distância física, mas no que respeita ao “centro nevrálgico da tomada de decisão”. Um território cujo passar dos tempos, tem vindo a assistir ao definhamento das suas populações, na luta constante contra um processo de desertificação iminente, que não nos dá tréguas, para que possamos recuperar forças entre uma e outra batalha. Território de gente corajosa, determinada e forte. São estas características que nos têm valido, na defesa do nosso maior tesouro, que é a nossa terra.

Vários decisores políticos têm passado de governo em governo, atuando de forma quase sempre discriminatória para connosco, no entanto, existindo em algumas medidas uma discriminação positiva.

Atualmente, somos confrontados com o maior ataque, alguma vez imaginado, que poderíamos vir a sofrer: A ORDEM É EXTINGUIR...

Extinguir um passado, arruinar um presente, ou seja, abortar um futuro.

Extinguir parte das nossas freguesias, trata-se de um erro lamentável, que o atual governo, escudado nas diretrizes impostas pela Troika, pretende levar a cabo.

Não conseguimos vislumbrar, por mais esforços que possamos fazer, quais as verdadeiras razões, para a implementação desta desastrosa medida. Económicas não são, sociais muito menos, as populações estão completamente contra, e manifestam sinais de revolta, porque, da parte de quem decide, são confrontados com um “estado de surdez” irreal.

A única razão, que nos arriscamos a tomar como possibilidade, é uma vontade do poder central em fragilizar e enfraquecer o poder local. Distanciar cada vez mais os eleitores dos seus órgãos eleitos.

Em democracia, é necessário ouvir e ser ouvido, dialogar e debater, estar o mais presente possível, mas é essencial respeitar.

Em todo este processo, respeito foi algo que não se verificou, em nenhuma das suas fases de implementação, por parte de quem exerce o poder, por isso, nunca poderá ser considerado um processo democrático.

Da experiência que temos, todos os processos levados adiante, contra a vontade das populações, nunca foram bem-sucedidos. Não temos qualquer dúvida, que este também não será. Todas as reformas, independentemente do seu âmbito, devem ser efetuadas para melhorar a qualidade de vida das populações e feitas com as populações, não contra a sua vontade.

Os Territórios, seja qual for a sua unidade geográfica, têm uma identidade própria, têm uma história, construída com suor e sangue de gentes que aí têm as suas raízes. Não é legítimo, digo mesmo, trata-se de uma violação dos direitos de quem cá vive, de quem luta diariamente, para que estes continuem, não só demarcados no mapa, mas com vida.

O nosso Interior, infelizmente para os nossos governantes, não é feito de números, mas sim de pessoas com sangue e voz, que defenderão com todas as suas forças, a sua terra, a sua identidade, o seu passado, o seu presente e abrirão sempre caminho a um futuro, que ainda lhes pertence. ■

COMO REAGIU A BEIRA BAIXA¹

À LEI N.º 22, DE 30 DE MAIO DE 2012

António Tavares Proença

[Professor Aposentado]

... “É justo que pensemos um pouco na Pátria. Porque enfim, temos uma pátria. Temos pelo menos – um sítio. Um sítio verdadeiramente é que temos: isto é – uma língua de terra onde construámos as nossas casas e plantamos os nossos trigos. O nosso sítio é Portugal. Não é propriamente uma nação, é um *sítio*².”

1.

A Lei n.º 22, de 30 de Maio de 2012, visou aprovar um novo regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica. Entre os princípios que orientam a referida lei está a “preservação da identidade histórica, cultural e social das comunidades locais, incluindo a manutenção da anterior denominação das freguesias agregadas, nos termos e para os efeitos previstos pela lei; a obrigatoriedade da reorganização administrativa do território das freguesias; o equilíbrio e adequação demográfica das freguesias”.

O resultado mais imediato da referida Lei, aquele que, por enquanto, mais apreensão causou às gentes da Beira Baixa, reside no facto de que as freguesias extintas deixam de ser, em termos administrativos, entidades coletivas territoriais. Contudo, a lei é contraditória na argumentação, se as freguesias deixam de ser entidades coletivas territoriais, como podem, em consequências dos efeitos dessa medida, garantir o seu reconhecimento público, isto é, a afirmação da “preservação da identidade histórica, cultural e social das comunidades locais”.

Esta lei consagra a obrigatoriedade da reorganização administrativa das freguesias, ao mesmo tempo que “regula e incentiva” a reorganização administrativa do território dos municípios (Art.º 1.º, 2). Considera como objetivos principais, no que respeita às freguesias, “o alargamento das atribuições e competências das freguesias e dos correspondentes recursos; o aprofundamento da capacidade de intervenção da junta de freguesia; a melhoria e desenvolvimento dos serviços públicos de proximidade prestados pelas freguesias às populações; a promoção de ganhos de escala, de eficiência e da massa crítica nas autarquias locais; a reestruturação, por agregação, de um número significativo de freguesias em todo o território nacional, com especial incidência nas áreas urbanas”.

As normas programáticas da reorganização administrativa do território autárquico estão consubstanciadas nos objetivos que a reforma visa prosseguir (Art.º 2.º), e nos princípios que deve atender e cumprir (Art.º 3.º), que são de cumprimento obrigatório pela Unidade Técnica; a “pronúncia” das assembleias municipais que, na prática, sejamos claros, não teve qualquer efeito sobre os objetivos das normas programáticas definidas, pelo que a lei é, em sua essência, de natureza autoritária. No seguimento do processo, o novo regime de democracia local (lei eleitoral, estatuto dos eleitos locais, formação e composição dos executivos, quer o novo regime de atribuições e competências e do financiamento das autarquias locais), serão objeto de posterior regulamentação, como a Lei refere.

¹ A província ou região da Beira Baixa engloba o atual território do Distrito de Castelo Branco, mais o Concelho de Mação, no distrito de Santarém, e o Concelho de Pampilhosa da Serra no Distrito de Coimbra.

² Eça de Queiroz, *Uma Campanha Alegre de “As Farpas”* [1872], Lello & Irmão – Editores, Porto, 1979, p. 6.



No foco dos princípios e parâmetros dessa reorganização, está o enquadramento dos termos da participação das autarquias locais na concretização do processo de agregação de freguesias e da fusão de municípios. Se em matéria de reorganização territorial, o Governo se limita a tratar das freguesias, remete os municípios para fusões voluntárias, a ser incentivadas num futuro enquadramento legal. A medida implementada visa reduzir significativamente o número de autarquias locais, medida cujos efeitos imediatos se fazem sentir nos ciclos eleitorais locais, sendo esta Lei imperativamente aplicável às freguesias e facultativamente aos municípios. A tramitação deste processo avançou depois para a assunção da competência de aprovar a agregação das freguesias e ou fusão dos municípios pela Assembleia da República e a sua promulgação pelo presidente da República.

O processo da estruturação autárquica, que começou com a destituição deselegante, para não dizer compulsiva dos governadores civis, de forma abrupta e descompassada, a que se segue agora a destituição dos órgãos democraticamente eleitos de centenas de freguesias, sem a consulta das populações, e a previsível redução dos concelhos, pelo mesmo processo. Estas medidas, que à partida têm efeitos imediatos sobre o sistema eleitoral e de representação, fazem parte de um estratégia que tem a regionalização administrativa como objetivo último previsível, com todos os inconvenientes, e desastrosas consequências, que já lhe foram apontadas.

A regionalização político-administrativa tem um efeito perverso, ao acentuar os fatores centralizadores da governação do Estado e a descaracterização da identidade histórica, cultural e social das comunidades locais, contribuindo para o acentuar das ruturas institucionais. Convém acrescentar sobre este assunto, que todas as constituições portuguesas até hoje são provenientes de revoluções ou golpes de Estado... As consequências da implementação das regiões político-administrativas preconizadas pela constituição de 1976 previa fazer delas um instrumento do “Estado revolucionário”... Ora, a nova lei das entidades intermunicipais está na mesma via de aceleração da implementação das regiões político-administrativas.

Aliás, as regiões existentes, criadas artificialmente, à medida de objetivos exclusivamente político-económicos, com interesses estratégicos para aplicação de investimentos comunitários, numa opção centralizadora, segundo o princípio nefasto de que “o Povo não existe”, sem que deste erro se tirem as necessárias consequências, ao debilitar o poder autárquico e a identidade das províncias tradicionais, será uma fonte de agravamento da crise institucional e de rutura com princípios e valores “democráticos” essenciais.

2.

A Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território propunha para a região da Beira Baixa as alterações seguintes: No concelho de Belmonte, a agregação de Belmonte e Colmeal da Torre, numa freguesia designada por “União das Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre”; no Concelho de Castelo Branco, a freguesia de Cafede era agregada à freguesia de Póvoa de Rio de Moinhos, com a designação de “União das Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede”; a freguesia de Juncal do Campo era agregada à freguesia de Freixial do Campo com a designação de “União das Freguesias de Freixial e Juncal do Campo”; a freguesia de Sobral do Campo era agregada à freguesia de Ninho de Açor, com a designação de “União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo”; a freguesia de Mata era agregada à freguesia de Escalos de Baixo, com a designação de “União das Freguesias de Escalos de Baixo e Mata”; a freguesia de Lousa era agregada à freguesia de Escalos de Cima, com a designação de “União das Freguesias de Escalos de Cima e Lousa”; o mesmo sucedia com a agregação da freguesia de Retaxo, com a freguesia de Cebolais de Cima, sob a designação de “União das Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo”; no Concelho da Covilhã era proposta uma redução de 10 freguesias, sendo quatro cujo território se situa, total ou parcialmente, nos lugares urbanos sucessivamente contíguos de Cantar-Galo, Covilhã e Teixoso e seis outras freguesias; concelho do Fundão, a proposta da UTRAT³, apontava para a redução de oito freguesias, enquanto a proposta da Assembleia Municipal do Fundão apenas aponta para a redução de uma freguesia pela agregação das freguesias de Escarigo e Salgueiro numa freguesia designada por “Três Povos”, conforme parecer favorável das Assembleias das respetivas freguesias⁴, com localização da sede no Salgueiro, em resposta, – a UTRAT acabou por propor a agregação das freguesias de Escarigo e Salgueiro, numa freguesia designada “Três Povos”; a agregação das freguesias de Mata da Rainha e Orca, numa freguesia designada por “União das Freguesias de Orca e Mata da Rainha”; a agregação das freguesias de Bogas de Baixo e Bogas de Cima, numa freguesia designada por “União das Freguesias de Bogas de Cima e Bogas de Baixo”; a agregação das freguesias de Atalaia do Campo e de Póvoa da Atalaia, numa freguesia designada por “União das Freguesias de Póvoa da Atalaia e Atalaia do Campo”; a agregação das freguesias de Aldeia de Joanes, Aldeia Nova do Cabo, Donas, Fundão e Valverde, numa freguesia designada por “União das Freguesias do Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo, – a UTRAT acabou por aceitar a vontade manifestada pela Assembleia Municipal, agregando as freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha, numa freguesia designada por “Freguesia de Vale de Prazeres e Mata da Rainha”, o mesmo sucedeu com a agregação das freguesias de Bogas de Baixo e Janeiro de Cima, numa freguesia designada por “União das Freguesias de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo”; no concelho de Idanha-a-Nova a UTRAT propunha a agregação das freguesias de Idanha-a-Velha e Monsanto, numa freguesia designada por “União das Freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha”; a agregação das freguesias de Segura e Zebreira, numa freguesia designada por “União das Freguesias de Zebreira e Segura”; a agregação das freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo, numa freguesia designada por “União das Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo”; a agregação das freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes, numa freguesia designada por “União das Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes”; no concelho de Mação a UTRAT propunha a agregação das freguesias de Aboboreira, de Mação e de Penhascoso, numa freguesia designada “União das Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira”; no concelho de Oleiros a UTRAT propunha a agregação das freguesias de Oleiros e Amieira, numa freguesia designada por “Freguesia de Oleiros-Amieira”, com sede no lugar de Oleiros; a agregação das freguesias de Estreito e Vilar Barroco, numa freguesia designada por “Freguesia de Estreito – Vilar Barroco”, com sede no lugar de Estreito; no concelho de Pampilhosa da Serra a UTRAT propunha a agregação das freguesias de Fajão e Vidual, numa freguesia designada por “Freguesia de Fajão – Vidual”, com sede no lugar de Fajão; a agregação das freguesias de Portela do Fojo e Machio, numa freguesia designada por “Freguesia de Portela do Fojo-Machio”, com sede no lugar de Portela do Fojo; no concelho de Penamacor a UTRAT propunha a agregação das freguesias de Pedrógão de São Pedro e Bemposta, numa freguesia designada por “União das Freguesias de Pedrógão de São Pedro e Bemposta”; a agregação das freguesias de Águas, Aldeia de João Pires e Aldeia do Bispo, numa freguesia designada por “União das Freguesias de

³ UTRAT: Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território. Não confundir com *UM-TRAQUE*, ao que ouvi dizer, “o nome de uma futura empresa portuguesa de distribuição de gás natural”.

⁴ Pronúncia, de 25 de Junho de 2012.



Aldeia do Bispo, Águas e Aldeia de João Pires”; no Concelho de Proença-a-Nova era proposta a agregação das freguesias de Alvito da Beira e Sobreira Formosa, designada por “União das Freguesias de Sobreira Formosa e de Alvito da Beira”; a agregação das freguesias de Peral e Proença-a-Nova, designada por “União das Freguesias de Proença-a-Nova e de Peral”; no Concelho de Sertã era proposta a agregação das freguesias de Ermida e de Figueiredo, numa freguesia designada por “União das Freguesias de Ermida e Figueiredo”; a agregação das freguesias de Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais numa freguesia designada por “União das Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais”; a agregação das freguesias de Cumeada e de Marmeleiro, numa freguesia designada por “União das Freguesias de Cumeada e Marmeleiro”; no Concelho de Vila de Rei, nos termos do disposto no art.º 6.º, n.º 3, da Lei n.º 22/2012, e por se pronunciar no sentido de manter as três freguesias situadas no território concelhio, manteve as mesmas freguesias, pois “não é obrigatória [a reorganização] nos municípios em cujo território se situem quatro ou menos freguesias; no Concelho de Vila Velha de Ródão era proposta a manutenção das 4 (quatro) freguesias situadas no território do Município de Vila Velha de Ródão, nos termos do disposto no Art. 6.º, n.º 3, da Lei n.º 22/2012, “a reorganização administrativa do território das freguesias não é obrigatória nos municípios em cujo território se situem quatro ou menos freguesias”.

3.

A Assembleia Municipal da Covilhã, perante o exposto, deliberou sobre a reorganização administrativa das freguesias situadas no seu território, propondo apenas a agregação das freguesias de Covilhã (Conceição), Covilhã (Santa Maria), Covilhã (São Martinho) e Covilhã (São Pedro), com a denominação de “Covilhã” para a freguesia resultante da agregação e os limites territoriais indicados no mapa anexo à pronúncia; mas a UTRAT em resposta, elaborou e propôs à Assembleia Municipal da Covilhã o projeto definitivo de reorganização administrativa do território das freguesias e propôs a agregação das freguesias de Covilhã (Conceição), Covilhã (Santa Maria), Covilhã (São Martinho), Covilhã (São Pedro) e Canhoso numa freguesia designada por “União das Freguesias da Covilhã e Canhoso”; a agregação das freguesias de Cantar-Galo e Vila de Carvalho numa freguesia designada por “União das Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho”; a agregação das freguesias de Teixoso e Sarzedo numa freguesia designada por “União das Freguesias de Teixoso e Sarzedo”; a agregação das freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto numa freguesia designada por “União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto”; a agregação das freguesias de Casegas e Ourondo numa freguesia designada por “União das Freguesias de Casegas e Ourondo”; agregação das freguesias de Barco e Coutada numa freguesia designada por “União das Freguesias de Barco e Coutada”; agregação das freguesias de Peso e Vales do Rio numa freguesia designada por “União das Freguesias de Peso e Vales do Rio”; ou seja, a proposta visava a liquidação de 17 freguesias, das quais 13 são rurais (Ourondo, Casegas, Barco, Coutada, Peso, Vales do Rio, Canhoso, Aldeia do Souto, Vale Formoso, Sarzedo, Teixoso, Vila de Carvalho e Cantar Galo) e 4 urbanas (Conceição, S. Martinho, S.ta Maria e S. Pedro).

Das posições tomadas pela Assembleia Municipal da Covilhã, resultou o parecer último da UTRAT, datada de 3 de Dezembro de 2012, que concluiu pela aplicação do disposto no art.º 6.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 22/2012, e uma vez que não se aplicava o n.º 3 do mesmo artigo, resultava que, no território do Município da Covilhã, deveria ser alcançada uma redução de 10 (dez) freguesias, sendo 4 (quatro) cujo território se situa, total ou parcialmente, nos lugares urbanos sucessivamente contíguos de Cantar-Galo, Covilhã e Teixoso e 6 (seis) outras freguesias; mas como ao abrigo do disposto no Art.º 11.º da Lei n.º 22/2012, a Assembleia Municipal da Covilhã propôs a agregação das freguesias de Covilhã (Conceição), Covilhã (Santa Maria), Covilhã (São Martinho) e Covilhã (São Pedro) e a denominação de “Covilhã” para a freguesia resultante da agregação, ou seja, uma vez que a Assembleia Municipal da Covilhã propôs a redução de apenas 3 (três) freguesias, a Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (UTRAT) elaborou parecer, ao abrigo do Art.º 14.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 22/2012, no qual concluiu pela desconformidade da referida pronúncia.



Assim, de acordo com o disposto no Art.º 15.º, n.º 1, da Lei n.º 22/2012, a UTRAT propôs à Assembleia Municipal da Covilhã um projeto de reorganização administrativa do território das freguesias, nos termos do qual propôs a agregação das freguesias de Covilhã (Conceição), Covilhã (Santa Maria), Covilhã (São Martinho), Covilhã (São Pedro) e Canhoso numa freguesia designada por “União das Freguesias da Covilhã e Canhoso); Cantar-Galo e Vila do Carvalho numa freguesia designada por “União das Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho”; Teixoso e Sarzedo numa freguesia designada por “União das Freguesias de Teixoso e Sarzedo”; Vale Formoso e Aldeia do Souto numa freguesia designada por “União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto”; Casegas e Ourondo numa freguesia designada por “União das Freguesias de Casegas e Ourondo”; Barco e Coutada numa freguesia designada por “União das Freguesias de Barco e Coutada”; Peso e Vales do Rio numa freguesia designada por “União das Freguesias de Peso e Vales do Rio”.

4.

Em geral a posição das Juntas e Assembleias de Freguesia em atividade foi a de serem contra a extinção de freguesias, defendendo que a legislação representa um grave atentado contra o poder local democrático, os interesses das populações e o desenvolvimento local. Os membros das Juntas de Freguesia e das Assembleias de Freguesia quando foram eleitos não receberam qualquer mandato dos seus eleitores para a extinção da Freguesia pelo processo de “agregação”, nem foi realizada nenhuma consulta aos eleitores sobre esta matéria, pelo que qualquer deliberação nesse sentido carece em absoluto de legitimidade. Segundo um autarca de Teixoso, Carlos Mendes, era “uma Lei sem princípios e sem respeito pelas pessoas... quando fomos eleitos o compromisso assumido, com as Populações, foi o de trabalhar em prol do desenvolvimento e de reforçar o serviço de proximidade. Não estava inscrito no nosso Manifesto que tínhamos de ser Coveiros da nossa Freguesia”. Outro autarca, que apelava para a não pronúncia, afirmava: “... tenho a convicção de que lá, nos gabinetes governamentais e na Assembleia da República não é respeitada ou sequer tida em conta a opinião dos que estão diariamente no terreno e que foram eleitos para a representação do Povo, ao contrário deles que o foram para a representação dos partidos políticos”.

Que ao contrário do anunciado ‘reforço da coesão’ o que resulta seria mais assimetrias e desigualdades. Juntar os territórios mais fortes, mais ricos ou com mais população com os mais fracos ou menos populosos – em áreas urbanas ou rurais – traduzir-se-ia em mais atração para os primeiros (os que sobreviverão como freguesias) e mais abandono dos segundos (os que verão as suas freguesias liquidadas). Ou seja, mais abandono, menos investimento local, menos serviços públicos, menos coesão para quem menos tem e menos pode. Que ao contrário dos ‘ganhos de eficiência e de escala’ que resultariam da ‘libertação de recursos financeiros’ o que se teria era menos proximidade e resposta direta aos problemas locais com menos verbas e recursos disponíveis. De não ter em conta as especificidades dos vários Territórios, nem a diferença do acesso aos mais básicos serviços do Estado, nomeadamente, saúde, educação, justiça, entre outros.

A Pronuncia da Assembleia de Freguesia de Idanha-a-Nova acrescenta a estes tópicos gerais: “... que sendo certo que será possível manter-se o nome, nas cartas militares e na sinalização toponímica, tal como hoje ocorre com a generalidade de aldeias e lugares, o facto de deixar de haver eleição direta a partir de uma freguesia atual, leva a que se perca a ideia de freguesia e se verifique uma tendência à sua subalternização, por contraponto com a ascensão do nome que for atribuído à nova entidade resultante da agregação de duas ou mais freguesias atuais”.

Observavam que, para além do novo corte de verbas do OE prevista para 2013, as chamadas majorações de 15% para as freguesias ‘agregadas’ saíam do montante global do FEF, ou seja, seriam retiradas ao montante destinado ao conjunto das freguesias, e mesmo as prometidas novas competências seriam construídas à custa das verbas dos municípios. Que qualquer reforma administrativa do território que se pretendesse seria deveria, ao contrário da liquidação de centenas de freguesias, criar as condições e afetação dos meios indispensáveis ao exercício das atribuições e competências, que hoje lhe são negados... e, ao mesmo tempo, concretizar uma regionalização autêntica, indispensável a um processo de descentralização que se pretenda coerente, a uma reforma da administração pública racional, ao desenvolvimento económico regional e à defesa da autonomia municipal.

A Assembleia de Freguesia de Alcafozes afirmava que “a proposta de Reforma apresentada pelo Governo, demonstra ignorância e falta de consideração da situação atual das populações das freguesias rurais... além da reforma violar o princípio da descentralização administrativa consagrado no Art.º 237.º da Constituição da República Portuguesa, contrariamente aos objetivos gerais apresentados, a reforma da Administração local visa promover maior distanciamento entre os níveis de decisão e os cidadãos, fomentando a centralização administrativa, diminuir o papel do Poder Local como vetor estratégico de desenvolvimento, piorar a prestação do serviço público, deteriorar a coesão e a competitividade territorial”.

5.

Se as freguesias representam em termos de Orçamento do Estado – 0,1% do total – e em nada contribuem para a dívida pública, mais clara fica a intenção do governo – atacar o poder local e os direitos das populações ao bem-estar e à satisfação das suas necessidades locais. A liquidação de centenas de freguesias representaria um enorme empobrecimento democrático (traduzido na redução de mais de 20 mil eleitores), enfraquecimento da afirmação, defesa e representação dos interesses e aspirações das populações que a presença de órgãos autárquicos assegura; o aprofundamento das assimetrias e perda de coesão (territorial, social e económica), o abandono ainda maior das populações, o acenar da desertificação e, ainda, mesmo que o neguem, um ataque ao emprego público (milhares de trabalhadores das freguesias extintas cujo destino futuro será o despedimento ou a mobilidade).

Sobre isto refere o relatório do Movimento Cívico DAR FUNDÃO – Grupo de Cidadãos Independentes: “As pretensas soluções economicistas trazidas pela única e exclusiva redução do número de eleitos, precisamente por aqueles que, na proximidade das populações, asseguram um número muito diversificado de serviços e com elevados níveis de qualidade, poderão irremediavelmente vir a tornar-se em custos acrescidos. A agregação simplesmente territorial de freguesias no meio rural manterá os custos com instalações e equipamentos e fará aumentar os custos com o seu funcionamento, materiais e trans-



portes, por parte dos funcionários e responsáveis pela administração desses territórios, como também por parte dos seus fregueses. O anúncio de um reforço de 15% nas verbas atribuídas às freguesias resultantes de extinções por agregação supostamente voluntária, irá igualmente fazer aumentar os gastos com as freguesias, e não é sequer claro se não será feito à custa da diminuição das verbas atribuídas às restantes freguesias”.

Na generalidade consideram, e em defesa da identidade local, que a agregação e ou extinção das freguesias agrava as assimetrias regionais, a desertificação, o despovoamento do interior. A eliminação ou agregação de freguesias, salvo em casos muito particulares, não promove a coesão territorial nem o desenvolvimento local, antes contribui para a sua destruição, não promove a melhoria nem o desenvolvimento dos serviços públicos de proximidade, prestados pelas freguesias às populações, antes pelo contrário, dificulta o acesso aos referidos serviços públicos de proximidade. A lei põe em causa o princípio da preservação da identidade histórica, cultural e social das comunidades locais, precisamente o contrário do princípio invocado na alínea a) do Art.º 3.º para justificar a reorganização administrativa territorial autárquica.

Algumas Assembleias Municipais apelavam mesmo para manifestações de desagrado, como resposta das populações em defesa da sua identidade e raízes, uma poderosa expressão de afirmação dos seus direitos e identificação com as suas freguesias e respetivos órgãos autárquicos. Apelavam a todos os autarcas, aos trabalhadores das autarquias, ao movimento associativo e à população para o prosseguimento da luta e das diversas ações, contra a extinção de freguesias e em defesa do poder local democrático, defendendo assim a identidade local, a proximidade das populações, o desenvolvimento e a coesão territorial. Consideram os princípios orientadores da reforma difusos e desrespeitadores da vontade das freguesias; os objetivos a atingir com a agregação das freguesias carecem de fundamentação; os parâmetros de agregação são meros critérios aritméticos e percentuais, não respeitando as especificidades locais; a proximidade entre eleitos e eleitores não é garantida através do Conselho de Freguesias. Enfim, não existe qualquer demonstração de que do aumento da dimensão das freguesias resulte, necessariamente, um aumento de eficácia e de qualidade de vida para as populações.

São do parecer que o poder local é parte integrante do regime democrático, tal como foi consagrado na Constituição da República em seus princípios essenciais, quer quanto à sua relação com o poder central - descentralização administrativa, autonomia financeira e de gestão, reconhecimento de património e finanças próprias, poder regulamentar, quer quanto à sua dimensão democrática plural e colegial, com uma larga participação popular, representativa dos interesses e aspirações das populações. Consideram que as freguesias em geral possuem um conjunto de equipamentos e serviços que lhe conferem autonomia e vida própria, para além de possuírem um importante valor histórico, patrimonial e cultural, assim como atividade económica, social e cultural essencial para a vida e desenvolvimento das suas populações. Que as freguesias e os seus órgãos executivos e deliberativos são a mais singela expressão da democracia em Portugal. Os eleitos estão próximos de quem os elegeu e sentem, de perto, as necessidades e anseios das populações.

Fundamentam a rejeição face à denominada Reorganização Administrativa da Administração Local, porque esta se baseia em critérios artificialmente criados, em ingressos meramente economicistas, ignorando a história, a vivência e a tradição de cada local, negando à população séculos de história da sua existência. Que as freguesias resultam da expressão de uma identidade histórica, cultural e social radicada na população que, em alguns casos tem o significado de séculos, sendo certo, para além disso, que a realidade impõe a atual organização administrativa. Que as novas freguesias com um novo território com uma população diferente num espaço vivido desconhecido exigirá outras estratégias de ocupação e de desenvolvimento social, económico e cultural.

O aprofundamento das assimetrias leva a quebras de coesão (territorial, social e económica), o abandono mais acentuado das populações, o acentuar da desertificação e aumenta a ausência de resposta aos interesses populares e à satisfação das suas necessidades; em particular, as Juntas de Freguesia rurais mais pequenas proporcionam, aos cidadãos mais afastados dos centros urbanos e da sede do concelho, serviços públicos de proximidade que nenhum outro nível do Estado consegue garantir; a reforma administrativa que o Governo propõe deverá salvaguardar o Decreto-Lei n.º 733/76 de 15 de Outubro, favorecendo sempre os territórios mais afastados e onde a presença do Estado não seja tão presente.



6.

Algumas câmaras criaram comissões a nível municipal para a elaboração de propostas de combate a esta reforma. A comissão criada no Fundão a nível municipal, por exemplo, era unânime contra qualquer tipo de agregação que não recolhesse o voto das populações; condenava a forma como o processo estava a ser conduzido, pois consideravam que se a reforma fosse para avançar esta teria de ser discutida por todos os munícipes, pois este assunto diz respeito a todos os munícipes e não apenas às freguesias que estão assinaladas para a agregação; a haver agregações seriam sempre nas freguesias urbanas e nunca as áreas rurais e distantes da sede; aldeias históricas, aldeias de xisto ou áreas protegidas deviam também ser mantidas. A discussão da Lei decorreu com os ânimos muito exaltados nalgumas freguesias como, por exemplo, em Atalaia do Campo, ameaçando não haver eleições nesta localidade, nem listas, que as campanhas eleitorais deixariam de ser pacíficas... Os abaixo-assinados, em manifestação contra a extinção ou a aglomeração das freguesias foram uma forma de luta, bem como a entrega de providências cautelares nos tribunais.

Em geral os autarcas, principalmente os mais diretamente atingidos, nos seus direitos e dignidade pessoal consideraram, que em vez de ganhos de eficiência de escala, haverá menos investimento, menos proximidade e resposta direta aos problemas locais, com menos verbas e menos recursos disponíveis. Unir as populações, sem que haja vontade pode ser um fator de conflitos e rivalidades que ninguém deseja. Que a coesão territorial nunca se alcança juntando e desvalorizando freguesias que têm uma história e um passado que orgulha a sua gente e que são o símbolo e o berço de todos os seus afetos. Que as freguesias desempenham um papel central na história do nosso país. Ao longo dos tempos, e em diferentes circunstâncias históricas, políticas e sociais, as freguesias sempre souberam assumir-se como elementos decisivos na consolidação dos traços marcantes das várias identidades locais e, desse modo da identidade nacional, bem como, não menos importante, sempre se constituíram como estruturas de referência na prestação de serviços públicos de proximidade às populações em domínios que se foram revelando cada vez mais diversificados. ■

NÚMERO DE ALDEIAS DA BEIRA BAIXA, POR CONCELHO, QUE DEIXARAM DE SER FREGUESIAS, AO ABRIGO DA LEI Nº 22/2012, DE 30 DE MAIO		
CONCELHO	N.º DE FREGUESIAS QUE EXISTIAM	N.º DE FREGUESIAS QUE PERDERAM
Belmonte	5	1
Castelo Branco	25	6
Covilhã	31	10
Fundão	31	8
Idanha-a-Nova	17	4
Mação	8	2
Oleiros	12	2
Pampilhosa da Serra	10	2
Penamacor	12	3
Proença-a-Nova	6	2
Sertã	14	4
Vila de Rei	3	0
Vila Velha de Ródão	4	0
TOTAL	178	35

AO QUE PARECE... A FAMÍLIA JUNTA-SE?

Camilo Mortágua

Com o passar dos tempos, mudam-nos o nome sem nos consultar, mas, por razões óbvias, ainda não houve quem ousasse deixar de nos considerar beirões.

Beirões da Alta ou da Baixa Beira, beirões da Beira Interior Sul - BIS ou dos Pinhais do Norte ou do Sul, mas sempre Beirões.

Beirões da - BEIRA - que é este o nosso verdadeiro nome de família, o termo - símbolo da simbiose entre a dureza dos elementos graníticos, xistosos ou quartzíticos das suas paisagens, e a firmeza de carácter das suas gentes.

ADEUS À “BIS” OLÁ... BEIRA BAIXA!

Porém, não nos iludamos. Esta Beira Baixa, a que agora dizem que pertencemos, continuará a ser apenas um ramo da família (uma espécie de Beira Baixa pequena), uma pequena parte da antiga BEIRA. Mais ano menos ano, outros interesses, exógenos ou não, ditarão outras formas de associar as famílias Beirãs.

O importante e decisivo é que, para além e apesar das imposições dos “arranjos legais de circunstância”, sejamos capazes de preservar tudo aquilo que nos distingue e identifica como obreiros transformadores do chão e da paisagem onde guardamos os nossos mortos e as memórias que nos guiam a vida.

Desta vez, as circunstâncias parecem ter permitido que alguns dos “noivos” possíveis chegassem “à fala” e consertassem entre si um “casamento” que, ainda que parcial, não deixa de parecer enlace de razão e de mútua simpatia (pelo menos), a ver vamos como diria o cego, cheio de esperança.

Deste enlace entre a BIS e os Municípios de Oleiros e Proença-a-Nova, nasce a nova sub-região administrativa denominada Beira Baixa, e o “cego cheio de esperança”, que é o Povo destas terras, contente com a “boda”, pede a todos os deuses e virgens que os novos se dêem muito bem e que em regime de perfeita comunhão de bens façam crescer o património e a prole desta importante parte da BEIRA.





A VIVER também saúda o acontecimento e, desde já, se coloca ao inteiro dispor de todos aqueles que nos queiram como companhia para percorrer o inacabável caminho da ação em favor da coesão e prestígio desta BEIRA BAIXA.

Dada a dimensão desta nova entidade, que passa dos dois mil e poucos quilómetros quadrados para perto dos três mil (2.920) e de cerca de 75 mil habitantes para quase 90 mil, incluindo os Municípios de Penamacor, Idanha-a-Nova, Castelo Branco, Vila Velha de Ródão, Proença-a-Nova e Oleiros, entendemos que agora, com muito maior razão, podemos e devemos usar o “slogan” – *vá para fora cá dentro*.

De Monfortinho no Município da Idanha, a Álvaro no Município de Oleiros, das Portas de Ródão à Serra da Malcata, encontram-se algumas das mais espetaculares e belas paisagens portuguesas e mesmo da Europa.

Ao Erges, Ponsul, Ocreza e Tejo, junta-se-lhe agora o Zêzere... esplendoroso! Cinco das mais importantes e perenes fontes de vida destas terras da BEIRA e de Portugal.

Entendemos, por isso, ser também tarefa nossa dar o melhor contributo possível para que todos passemos a conhecer bem as nossas diferenças e complementaridades. Nesse sentido, e como ponto de partida, aqui vos deixamos algumas imagens – convites que esperamos vos incitem a visitar os novos membros da família: os Municípios de Proença e Oleiros, a quem dedicaremos proximamente a atenção que merecem. ■

O INTERIOR DO PAÍS, PORTA DE ENTRADA PARA OS DEMAIS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA

Manuel Porto

[Professor Universitário
(Universidades de Coimbra e Lusíada)]

Não pode deixar de ser preocupante, não pode além disso deixar de causar estranheza, a perda progressiva de relevo do interior do nosso país, com a perda de população da generalidade dos seus municípios.

Assim acontece apesar das repetidas afirmações de políticos, exprimindo a sua preocupação por esse facto, ficando por se saber se estão de facto convencidos de que vale a pena promover o interior. Será que em alguns casos, no íntimo, não estará de facto a convicção de que não vale a pena esse esforço, devendo antes concentrar-se todos ou quase todos os esforços no litoral, ainda aqui em dois ou em apenas um polo.

Assim deveria ser na lógica de que o que importa são as pessoas, a *people prosperity*, não o território, a *place prosperity*. Não tendo o interior condições de maior progresso, há que aceitar como bom, ainda que tal não seja dito, a emigração das pessoas para os grandes centros, mesmo para um único grande centro: tendo aqui melhores condições de vida do que as que poderiam almejar nas suas terras de origem.

Nesta lógica, são criticadas as melhorias nas acessibilidades ao interior (sem se pensar nas vidas que são assim salvas e no acesso a ofertas culturais que pode ser assim conseguido...), ou a manutenção e mesmo promoção de serviços sem grande escala: numa linha alicerçada com a internacionalização da economia, desde logo com a integração plena do país na União Europeia, tendo de ter uma cidade que na sua dimensão se aproxime da dimensão de Madrid, de Paris ou de Londres. Só assim se conseguiriam as economias de escala indispensáveis num mundo global, sendo ingénua uma dispersão de esforços no nosso território, com a valorização também de outras cidades.

O exemplo europeu aponta todavia sem equívocos no sentido contrário, por muito que custe aos defensores do centralismo (não querendo vê-lo...). Havendo sem dúvida outras razões a justificá-lo, não pode seriamente desconhecer-se o muito maior êxito dos países regionalizados e territorialmente equilibrados, sem nenhuma cidade relevante da dimensão de Madrid, de Paris, de Londres, de Lisboa ou mesmo do Porto.

Olhando para as estatísticas, que não “mentem”, vê-se que na Europa, na União Europeia e fora dela, só têm economias altamente eficientes, com enormes superavit nas suas balanças dos pagamentos, a Alemanha, com um superavit de 239,5 milhares de milhões de dólares¹ (o maior do mundo, acima do da China), a Holanda, com um superavit de 75,8 milhares de milhões de dólares, e a Suíça, com um superavit de 78,7 milhares de milhões. Com exceção de Berlim, com uma dimensão populacional de mais do que um milhão de habitantes, mas que não é a sede de nenhuma das grandes empresas desse país, verificamos que estas estão, na Alemanha, na Holanda ou na Suíça, em cidades diferentes, cidades que não chegam a ter sequer metade da população do Porto: lembrem-se os casos de empresas, algumas das maiores do mundo, como a Volkswagen, a Mercedes, a BMW, a Siemens, a Philips ou a Nestlé.

Cai pois por terra a lógica da necessidade de concentração de meios basicamente num ou dois grandes centros. Havendo sem dúvida outras razões para o êxito, pode pelo menos dizer-se que a dispersão de recursos por vários centros de média dimensão não impede a competitividade mundial. Vê-se pelo contrário a França, com a sua grande Paris (e as inerentes deseconomias da aglomeração...), a ter um défice na balança dos pagamentos de 64,9 milhares de milhões de dólares, ou o Reino Unido, com a sua Londres (e a sua praça financeira), a ter um défice de 75,3 milhares de milhões (sendo também assinalável o défice da Espanha).

Por outro lado, com a exceção da Holanda, onde nada é longe do mar (...), estão bem no interior todas as grandes empresas da Alemanha (alguém consegue indicar uma das suas grandes empresas que esteja no litoral?) e obviamente todas as grandes (e pequenas...) empresas da Suíça.

Ao longo dos séculos poderia invocar-se, para justificar o maior favorecimento do litoral português, o predomínio do transporte marítimo. Mas a acentuação do empobrecimento do interior verificou-se precisamente nos últimos anos, quando a Espanha, mais perto do nosso interior do que do nosso litoral (...), passou a ser o principal mercado para as nossas exportações: com mais do que um quarto do total, quando em 1985 ia para Espanha apenas 4% das nossas exportações. E passam por lá todas as mercadorias que vão por terra para os outros países da Europa, de longe o principal destino das nossas exportações. Para além de Madrid, com a sua função de capital, a Espanha é aliás mais um exemplo europeu de cidades pujantes no interior, beneficiado designadamente com a regionalização. Algumas dessas cidades, como é o caso mais notório de Badajoz, têm aliás efeitos de polarização sobre o nosso interior, contribuindo para a sua debilidade.

O abandono do interior está pois em contradição com a lógica das coisas e o exemplo dos demais países da Europa: só podendo ser alterado com uma política do Governo Central que promova o seu desenvolvimento, bem como com um poder local (desejavelmente regional) dotado de recursos bastantes. Não pode designadamente continuar a situação de estarmos em segundo lugar em termos de pouco relevo da despesa local no conjunto da despesa pública, com 14,7% do total, estando abaixo de nós apenas a Grécia (sendo fortemente descentralizados países de muito menor dimensão).

Face aos exemplos da Europa, é pena que “prefiramos” seguir o exemplo grego, com a sua “grande Atenas”; e não exemplos de países, como a Alemanha e a Holanda, que não estão por certo arrependidos de ter seguido um modelo de descentralização, com territórios exemplarmente equilibrados. ■

¹ Sem fontes de energia ou matérias-primas de espacial significado, com salários elevados liberdades sindical e política...

OS GRANDES TEMAS TAMBÉM SÃO TEMAS DE JUVENTUDE



Poupar enquanto há; não havendo, poupado está

Filipa Carvalho

29 anos, licenciada em Ciências da Educação
Técnica Superior de Educação
Fadista de Fado de Lisboa

“Poupar enquanto há; não havendo, poupado está.” Sempre gostei de ditos populares como este. Acho-os engraçados, mas, acima de tudo, o que me fascina é o facto de se manterem, passem os anos que passarem, imutáveis. Para além disso, como são ditados de carácter prático, a filosofia popular que lhe está implícita é de fácil compreensão. Todavia, se os mesmos são assim tão assertivos e verdadeiros, porque não os levamos todos a sério?! Eu sei! Isto acontece porque os provérbios são frases e expressões que transmitem conhecimentos comuns sobre a vida e, infelizmente, na minha humilde opinião, alguns dos nossos grandes decisores, não são amostra tirada e muito menos, aleatoriamente, da raiz do que realmente somos e representamos enquanto portugueses. Logo, tais sábias expressões populares, para eles, são despromovidas de qualquer sentido. Mas se é assim, ao menos, quem decide deveria saber, ou pelo menos compreender que, como disse um dia Orison Swett Marden, **a economia consiste em saber gastar e a poupança em saber guardar**. Mas já é tarde... Tudo foi gasto. E onde hoje se quer poupar/cortar é, onde há, impreterivelmente, uma real necessidade de gastar: na educação, na saúde, na mobilidade e no incentivo ao empreender.

No caso da lei de extinção de freguesias, a qual prevê uma reestruturação do poder local em prol da poupança e da eficácia de serviços, a mesma passa pela reestruturação, ou seja, pela fusão de mais de mil Juntas de Freguesia. Isto porque, segundo dizem por aí, muitas delas não reúnem os critérios de organização territorial que se estipularam. Na verdade, eu até consigo compreender alguns dos fundamentos aqui subjacentes. É certo que com a aplicação desta lei muitos milhões se poupam, como o comprovam estudos recentes da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias. Porém, questiono-me: seria aqui que se deveria poupar? Isto é verdadeiramente prioritário e necessário? Alguém pensou nos reais danos colaterais desta medida? Na minha opinião, poderá fazer sentido, extinguir algumas freguesias, em zonas urbanas menos apartadas, onde

os seus principais atores são jovens adultos de grande mobilidade e de fácil acesso a meios tecnológicos capazes de resolver num *click* as suas burocracias locais. Mas, agora vejamos: Portugal é o oitavo país mais velho do mundo - segundo dados revelados recentemente pela Organização das Nações Unidas - e segundo o Instituto Nacional de Estatística a *nível nacional, 400 mil idosos vivem sozinhos e 800 mil são acompanhados de outros idosos*, isto preocupa-me e faz-me questionar a extinção de algumas freguesias em meios rurais, as quais podem vir a condicionar o apoio à intervenção social e assim contribuir para o aumento da desertificação.

Na Beira Interior Sul, caso não saibam, o *número de idosos já atingiu valores na ordem dos 44% nos concelhos de Penamacor e Vila Velha de Ródão*. As percentagens mais elevadas dos idosos que vivem sós são, mais uma vez, registadas no Interior: Penamacor 24% e Idanha-a-Nova 23%.

Após tudo isto, haverá, certamente, bastantes vantagens e desvantagens, face a esta medida. Assim sendo, é necessária uma maior sensibilidade e uma preocupação acrescida, para com o cidadão, na procura da melhor resposta para esta situação. Nas zonas rurais, onde se possam vir a extinguir algumas freguesias, outro tipo de apoio local tem que funcionar, nem que seja o de uma maior mobilidade, para que os lesados com esta lei possam, de alguma forma, conseguir assegurar alguns dos serviços e meios de que dispunham na sua zona. Quanto caminho teremos que trilhar!

“Apenas uma guerra é permitida à espécie humana: a guerra contra a extinção.” *Isaac Asimov*

OS GRANDES TEMAS TAMBÉM SÃO TEMAS DE JUVENTUDE



Extinguir para reestruturar?

Joana Barros

24 anos

Finalista mestrado de Arquitectura
Universidade da Beira Interior

A nova organização da administração local e regional pretende uma reestruturação do poder administrativo que passa pela extinção/agregação/fusão de mais de mil Juntas de Freguesia. A aplicação desta medida levará à diminuição do número de sedes de Junta de Freguesia por concelho. Como tal, muitas das freguesias que atualmente têm uma Junta perderão esse direito, sendo escolhida uma sede de Junta de Freguesia onde ficarão reunidos todos os poderes administrativos.

Esta medida reduzirá de forma drástica os pontos de apoio direto à população, o que afetará as zonas de interior do país. É precisamente em zonas como a nossa, da Beira Interior, que estas medidas terão um maior impacto sobre a população. A opção de centralizar os serviços nos grandes centros é esquecer a relação de proximidade com a população dos pequenos núcleos e ignorar o esforço e recursos dedicados a essa relação.

“Esta medida reduzirá de forma drástica os pontos de apoio directo à população, o que afectará as zonas de interior do país.”

Ainda que se tenha verificado um contínuo esforço para a melhoria das condições de vida da população no interior, a verdade é que a população continua envelhecida e em número cada vez mais reduzido. Continuam a faltar soluções eficientes de transporte, resposta rápida de cuidados de saúde, apoios a nível social, cultural e educacional. O papel que a Junta de Freguesia desempenha nesses pequenos aglomerados passa por tentar minimizar essas faltas de apoio e ao serem extinguidas as Juntas de Freguesia, essas carências aumentarão exponencialmente e o apoio direto à população deixará de existir. Como se poderá prestar auxílio a uma população maioritariamente envelhecida, empobrecida e com dificuldades de locomoção?

A centralização dos serviços permite, sem dúvida, um maior controlo dos investimentos e uma racionalização de gastos, mas será que compensa quando comparado com a proximidade da população que se perde, assim como a genuidade do lugar que se esmorece. Mais uma vez estamos a perder a nossa identidade, em que passaremos a funcionar por senhas, em que cada um de nós não será mais do que um número. Aos poucos e poucos a identidade do local será esquecida, bem como as necessidades que ali imperam. Uma racionalização de gastos é necessária. Contudo são as pessoas, os indivíduos, que constituem um país, uma região. Sem elas a desertificação do interior será uma realidade cada vez mais presente.



TEM A PALAVRA

Joaquim Faustino, 49 anos,
Presidente da Junta de Freguesia de Mata

“Se atualmente não houvesse Junta na Mata, parte dos serviços que mantemos ainda hoje já não estaria em funcionamento”

É um filho da terra. Sabe calcorrear todos os trilhos da localidade de «olhos fechados», diz, com um brilho zinho nos olhos do sabor nostálgico da infância. Saiu para estudar, mas nunca se afastou das suas raízes. Foi já a lecionar na Escola Secundária Nuno Álvares, em Castelo Branco, que surgiu o convite para dirigir a freguesia. Aceitou. Sentia-se na idade ideal e com a energia necessária para desenvolver um processo de revitalização da aldeia. Percorridos quase oito anos de mandatos, guarda agora a mágoa de que, com União de Freguesias de Mata e Escalos de Baixo, a freguesia deixe escapar os serviços que com tanto sacrifício conseguiu manter ao longo dos anos.

**“... SEMPRE
TIVEMOS JUNTA
DE FREGUESIA
E, DE FACTO,
A JUNTA É A
CARA VISÍVEL
DO ESTADO E DA
PÁTRIA PERANTE
AS POPULAÇÕES
LOCAIS.”**

Como correram os últimos Censos para a Mata?

Os Censos de 2011 dizem-nos que temos 471 residentes, apesar de eleitores serem um pouquinho mais. Isto, porque há uma dúzia de pessoas que, mesmo não residindo lá, vai lá votar. Ou seja, a nível de residentes a diminuição foi de cerca de 40 pessoas. Comparativamente com outras freguesias, não foi das que perdeu mais. E ainda temos na Mata um fenómeno engraçado que depois não se vem revelar nos Censos. Temos um universo de cerca de 30 indivíduos estrangeiros que se vieram estabelecer na localidade. Se contarmos com a entrada desses - a maioria deles não está contabilizada nos Censos, porque estão aqui como segunda residência -, acabamos por verificar que os números populacionais se mantiveram praticamente estabilizados.

O que é que os atrai?

Tenho ideia de dois fatores que eventualmente poderão contribuir, mas que por si só não o justificam. A quase totalidade das pessoas da Mata foram emigrantes, mais em França e Inglaterra, e mesmo os mais velhotes conseguem

estabelecer facilmente contato com os estrangeiros que cá vêm procurar terrenos. É aquela ideia de que o povo português é poliglota. Outra coisa, e esta parece-me mais significativa, é que, infelizmente, temos muitos lagares e moinhos de água em ruínas, atualmente nenhum em funcionamento, estruturas essas que estão inseridas dentro dessas propriedades que vieram a ser adquiridas pelos estrangeiros. Penso que este património cultural e arquitetónico é bastante apreciado por eles e que, de alguma forma, os tem atraído a viver neste território.

Se tivermos em conta que em muitas freguesias a única entidade de ligação da população com o Estado era a Junta de Freguesia, porque já todos os restantes serviços foram perdidos, como vê o futuro das freguesias rurais da nossa Beira Interior Sul?

Do tempo das minhas memórias, a partir do 25 de Abril, sempre tivemos Junta de Freguesia e, de facto, a Junta é a cara visível do Estado e da Pátria perante as populações locais. Se atualmente não houvesse Junta de Freguesia na Mata, parte dos serviços que mantemos ainda hoje já não estariam em funcionamento. É o caso do posto da GNR, do posto médico, do centro de dia, do serviço de CTT, da escola primária... todos devem a sua continuidade à Junta, que esteve sempre na retaguarda para garantir a manutenção destes serviços. Agora, neste contexto de crise, de contenção e de encerramento de serviços, vamos lá ver como as coisas correm. Lembro-me que, quando era gaiato e começou a haver Junta de Freguesia, as escolas das aldeias estavam cheias de alunos, mas não havia serviço de correios, nem havia médico e as pessoas da Mata tinham de se deslocar à Casa do Povo dos Escalos de Baixo. E o meu receio é que se retroceda para isso. Com a União das Freguesias de Mata e Escalos de Baixo, a sede será nos Escalos de Baixo; o presidente será, desta feita, dos Escalos de Baixo e, naturalmente, mesmo que haja gente da Mata na lista vencedora haverá mais dificuldade em reivindicar e segurar grande parte dos serviços existentes.

E não há nada de único na Mata, em termos de cultura, património, associativismo que possa segurar as pessoas e, conseqüente, os serviços na sua freguesia?

Quando era pequeno e vivia lá na Mata, lembro-me dos mais velhos dizerem uma lengalenga caricata que rezava assim: «O melhor azeite do mundo é o de Portugal, o melhor azeite de Portugal é o da Beira Baixa, o melhor azeite da Beira Baixa é o da região do Ponsul e o melhor azeite da região do Ponsul é o da Mata, logo o azeite da Mata é o melhor do mundo». É claro que, em termos lógicos, não se pode colocar a questão assim, mas temos ali o tesouro do azeite e daí restarem tantas ruínas de lagares na povoação que, por falta de modernização, acabaram por encerrar. Na minha infância, a azeitona era o ouro daquela gente. E penso que seria

uma ótima estratégia resgatar o negócio do azeite. Há uns tempos, já enquanto presidente, coloquei à autarquia essa minha visão, mas depois a resposta da autarquia, e com razão, é que pode ajudar a criar condições, mas terá de partir da própria vontade dos particulares em quererem apostar nesse setor. Se conseguíssemos voltar a explorar a azeitona, como ela já o foi, poderia estar aí a resposta. E depois tentar aliar também o turismo rural, mas numa perspetiva mais abrangente, através de uma rede com as freguesias em redor, envolvendo a beleza natural da Ribeira de Alpreade (sendo que uma pequena parte ainda está integrada no Ponsul Internacional) e a ativação de lagares.

E qual o papel da Junta nisto tudo?

Como lhe disse, segurar serviços. De resto, não compete à Junta criar postos de trabalho. E depois o nosso orçamento não permite mais. Se quisermos mais alguma obra, temos de recorrer à Câmara Municipal. Somos “camara-dependentes”. E quando não há pessoas, dificilmente nós conseguimos remar contra a maré. E, hoje, como ao longo de todos estes anos, continua-se a promover a pescadinha de rabo na boca. Todas as políticas tomadas seguem no sentido de afastar as pessoas do mundo rural, porque a tutela está a promover a desertificação do Interior... As pessoas começam a sair e a concentrar-se no litoral e o interior fica cada vez mais deserto. Depois, alegam que os serviços do interior têm de ser encerrados, porque não existem pessoas suficientes para usufruir deles. Não mantemos os serviços abertos, porque não há pessoas, e não há pessoas, porque não existiram as políticas corretas para as segurar lá. Para dar a volta a isto, só havendo muita vontade política.

E vontade civil?

Também. Mas penso que deveria ser uma coisa sobretudo supra Estado português. A própria União Europeia é que poderia promover medidas ajustadas ao território para, de algum modo, reforçar positivamente o Interior. O problema é que depois há a distribuição dos dinheiros sem conhecimento da realidade dos territórios e o que se faz acaba por ser ineficaz para o desenvolvimento dos mesmos. Penso que o pior erro que se fez em termos comunitários foi quando se descuidou a produtividade do país e os fundos começaram a ser aproveitados para, de algum modo, desativar a nossa agricultura e a nossa pesca. Este erro foi-nos fatal, tal como na educação, quando acabaram com as escolas industriais. E o país está assim pelos erros sucessivos de todos os governos que por lá têm passado. Eu continuo a ter muito orgulho em ser português, transmito esse orgulho e esse gosto aos meus filhos. E continuo a ter a esperança que a Mata, seja pelo azeite, pelo turismo rural, pela valorização das paisagens, pela gastronomia consiga estabelecer uma porta de entrada para o reativar da freguesia e das nossas terras. Vamos ver. Tenhamos sempre esperança. ■

PRODER. Eixo III – GAL BIS – Os Números**PEDIDOS DE APOIO APROVADOS 3º AVISO****Ação 3.1.1 - DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA**

Designação do Pedido de Apoio	Beneficiário	Investimento Elegível	Despesa pública	Tx Compar.	Postos de Trab
Parque de Campismo 13 Luas	Mushmoon, Lda.	262,900.00 €	157,740.00 €	60%	2
Quinta dos Carvalhos - Turismo em Espaço Rural	SACQ - Sociedade Agrícola Quinta dos Carvalhos, SA	297,600.00 €	178,560.00 €	60%	2
Agro Turismo Couto dos Pardinhas	Isabel Augusta Lobato Carriço Goulão Travassos	160,252.77 €	80,126.38 €	50%	1
Criação de Empreendimento de Turismo em Espaço Rural	Fátima Alexandra Dias Lourenço	283,940.42 €	170,364.25 €	60%	2
Quinta da Caldeira - Turismo em Espaço Rural	Agro-Pecuária Cat Rolo, Unipessoal Lda.	266,536.36 €	159,921.82 €	60%	2
TOTAIS		1,271,229.55 €	746,712.45 €		9

Ação 3.1.2 - CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS

Designação do Pedido de Apoio	Beneficiário	Investimento Elegível	Despesa pública	Tx Compar.	Postos de Trab
Dinamização Turística do Rio Ponsul - Acoradouro dos Lenstiscas	Ponsulativo, Unipessoal, Lda	59,421.59 €	29,710.80 €	50%	1
Porto do Tejo - Turismo em Espaço Rural	Vasco Manuel Pires Fernandes	167,673.23 €	83,836.62 €	50%	1
TER - Fonte Sta. S. Luís	Fonte de S. Luís - Alojamento, SPA e Cultura, Unipessoal, Lda.	77,933.35 €	38,966.68 €	50%	1
Recuperação e ampliação de edifícios para Turismo em Espaço Rural	Olga Maria Figueira Ramos	297,520.09 €	178,512.05 €	60%	2
Casas de Campo "Cabeça Monteiro"	Santa Casa de Misericórdia de Idanha-a-Nova	299,500.00 €	149,750.00 €	50%	1
Casas do Regato - Turismo em Espaço Rural	Investel - Investimentos Hoteleiros, Lda.	209,553.82 €	104,776.91 €	50%	1
Casas de Campo Pires Mateus	Neves & Mateus, Lda.	180,000.00 €	90,000.00 €	50%	1
Quinta dos Álamos - Casas de Campo	ALCAIL - Indústria e Comércio de Ferro e Aços, S.A	298,100.06 €	178,860.04 €	60%	2
Criação de TER aproveitando mercado e investimento já realizado	Margarida Maria da Fonseca Duque Vieira	39,383.07 €	15,753.23 €	40%	0
TOTAIS		1,629,085.21 €	870,166.31 €	53%	10

Ação 3.1.3 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS E DE LAZER

Designação do Pedido de Apoio	Beneficiário	Investimento Elegível	Despesa pública	Tx Compar.	Postos de Trab
Estabelecimento de Café e Pequeno Comércio Local	Hora da Meditação Unipessoal, Lda	69,788.02 €	41,872.81 €	60%	2
Refúgio Lusitano em Monsanto	Refúgio Lusitano, Unipessoal, Lda	59,629.29 €	29,814.65 €	50%	1
Criação de Restaurante Tradicional na Quinta do Campo frio	Compina - Unipessoal, Lda	288,097.78 €	172,858.67 €	60%	2
Sabores de Ródão - Amanhecer	Pequito & Mateus, Lda	66,374.66 €	33,187.33 €	50%	1
Criação de Restaurante Tradicional - Monte da Urgueira	Carlos José Dias Lourenço	288,016.00 €	172,809.60 €	60%	2
Meu Super - Idanha-a-Nova	Alcofa Mágica - Unipessoal, Lda	188,734.57 €	113,240.74 €	60%	2
Rosmaninho - Pão e Bolos do Rosmaninhal	Galante Vinheiras - Indústria de Panificação, Lda	86,047.55 €	51,628.53 €	60%	2
Construção de uma Padaria e Pastelaria - Idanha-a-Nova	Carreiro & Espírito Santo - Padaria e Doçaria Regional, Lda	175,000.00 €	105,000.00 €	60%	2
Merendas do tejo - Padaria Tradicional	Merendas do tejo - Padaria Tradicional, Lda	113,686.20 €	68,211.72 €	60%	2
TOTAIS		1,335,374.07 €	788,624.05 €	59%	16

Ação 3.2.1 - CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL

Designação do Pedido de Apoio	Beneficiário	Investimento Elegível	Despesa pública	Tx Compar.	Postos de Trab
Vila Velha de Ródão - Terras de Oiro	Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão	72,519.52 €	43,511.71 €	60.0%	0
Preservação do Património "Centro de Congressos Ribeiro Sanches	Município de Penamacor	162,470.84 €	97,482.50 €	60.0%	0
Aquisição de Instrumentos Musicais & Valorização da Imagem dos Músicos	Filarmónica Retaxense	21,091.48 €	12,654.89 €	60.0%	0
TOTAIS		256,081.84 €	153,649.10 €	60%	0

Ação 3.2.2 - SERVIÇOS BÁSICOS PARA A POPULAÇÃO RURAL

Designação do Pedido de Apoio	Beneficiário	Investimento Elegível	Despesa pública	Tx Compar.	Postos de Trab
Aquisição de Equipamento de Energias Renováveis	Santa Casa da Misericórdia de Monsanto	46,997.69 €	35,248.27 €	75%	0
Ampliação do Centro de Dia e SAD para Lar de Idosos	Centro de Dia da Freguesia de Malpica do Tejo	498,672.37 €	200,000.00 €	40%	2
Viver Melhor	Santa Casa de Misericórdia de Castelo Branco	50,173.89 €	37,630.42 €	75%	2
		595,843.95 €	272,878.69 €	46%	4

MONTANTES TOTAIS DOS 29 PEDIDOS DE APOIO**5,087,614.62****2,832,030.60****39**

PRODER. Eixo III – GAL BIS – Os Projetos

RECUPERAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA ATIVIDADES CULTURAIS

Medida: 3.2 Melhoria da qualidade de vida

Ação: 3.2.2 Serviços básicos para a população rural



Este apoio ao programa PRODER consistiu na realização de obras de conservação, reparação e melhoramento de um edifício de traça tradicional, em Póvoa de Rio de Moinhos, propriedade do Município de Castelo Branco, permitindo a sua refuncionalização para atividades associadas à preservação e valorização da cultura local. “O projeto consistiu no aproveitamento de um espaço existente para a construção de uma Casa Cultura. O rés-do-chão alberga um Museu de Artes e Ofícios Tradicionais, cujo espólio se resume a instrumentos utilizados nas profissões de antigamente e que caíram em desuso. Todo este legado foi recolhido junto da população local e que, caso não fosse agora aproveitado, já estaria provavelmente desaparecido. Lançámos o desafio às pessoas, havia peças que nós sabíamos onde estavam e que pedimos, outras as pessoas doaram voluntariamente... Penso que temos ali peças que devem ser quase únicas... Algumas peças até estão algo degradadas, porque já são bastante antigas», explica Lucinda Martins, da Junta de Freguesia de Póvoa de Rio de Moinhos. No primeiro andar, funciona a biblioteca, equipada com salas de leitura e videoteca, e uma sala de informática, com três computadores disponíveis com ligação à internet. A sala da biblioteca, que é de igual dimensão ao Museu, reúne livros desde o século XVII até à atualidade, «todos eles também oferecidos», salienta a presidente, acrescentando que o espaço tem sido aproveitado igualmente para a apresentação de livros, realização de colóquios e palestras, e, futuramente, para o acolhimento de exposições temporárias, sobretudo para divulgação de artistas e temáticas locais. Atualmente, a Casa Cultura está aberta quatro dias por semana, apenas durante a tarde, em regime de voluntariado. Este projeto vem acolher serviços de proximidade inovadores no domínio sócio-cultural, possibilitando à população beneficiária o acesso a serviços culturais e recreativos, que constituem um elemento essencial na equiparação dos níveis de vida e na integração social da população rural. Além disso, assume ainda o papel de facilitador para a atração de visitantes, dinamizando o tecido económico e social da freguesia. ■

CASAS DO REGATO TURISMO EM ESPAÇO RURAL

Medida: 3.1 Diversificação da economia e criação de emprego

Ação: 3.1.3 Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer



O Turismo Rural “Casas do Regato” está inserido numa quinta agrícola de 9 hectares, predominantemente olival, onde já funciona também um empreendimento para dinamização de eventos da Investel, em Póvoa de Rio de Moinhos. “As casas de edificação tradicional já existiam na herdade e não estavam a ser aproveitadas. Fizemos a candidatura no sentido de as reconstruir e encontrar o melhor propósito para elas, enquadrando-as da melhor forma no ambiente da quinta, onde já se encontra também o nosso restaurante «O Lagar» e o espaço para eventos da Herdade do Regato», explica a entidade promotora do projeto. Com a finalidade de prestar serviços de alojamento, o projeto PRODER inclui um conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços com o intuito de oferecer um produto turístico completo, diversificado e diferenciado da demais oferta da região, sem descuidar a valorização dos recursos endógenos do território. Aproveitando as características da quinta, nomeadamente no que diz respeito à exploração agrícola, este turismo rural pretende vender as atividades agrícolas e a pastorícia que a herdade proporciona. «O cliente tem a oportunidade de participar ativamente, por exemplo, na colheita da azeitona, enquanto está alojado. A nossa intenção foi precisamente a de criar programas específicos não só para divulgar a possibilidade de alojamento nas Casas do Regato, mas também toda uma vertente relativa ao azeite e seu processo de produção. O nosso restaurante prima pela oferta de pratos muito confeccionados à base do azeite, está instalado num antigo lagar e alberga um museu, logo, vive sob essa temática. Pensamos que se trata de uma estratégia integrada de complementaridade de atividades, uma vez que os produtos resultantes das atividades agrícolas desenvolvidas com os turistas são depois utilizados no restaurante como produção local, de qualidade. Hoje em dia, há muitas agências de viagens que procuram turismo ativo, neste segmento do turismo rural. Consideramos que há um nicho de mercado de clientes que procuram exclusivamente este tipo de turismo», atesta a Investel. A entidade promotora acredita que a maior vantagem para o próprio território é possibilitar um empreendimento diferenciado em toda a região. «O nosso objetivo não é o de aumentar o número de camas para o distrito, uma vez que só dispomos de quatro quartos, mas sim em criar uma oferta diferenciada. Recuperámos as casas, mantendo a traça tradicional, mas apostámos numa decoração arrojada e de requinte. É evidente que procuramos um público diferenciado, estamos voltados para um nicho de mercado, na medida em que provavelmente os quartos são comercializados mais caros do que em qualquer outro alojamento rural ou hotel. Não se pode comparar com a restante oferta disponível», conclui. ■

PRODER. Eixo III – GAL BIS – Os Projetos

FABRICO DE PASTELARIA/ BOLARIA TRADICIONAL

Medida: 3.1. Diversificação da economia e criação de emprego

Ação: 3.1.2 Criação e desenvolvimento de microempresas



Há 23 anos que a Padaria do Salgueiro, em Salgueiro do Campo, confecciona produtos de bolaria, padaria e pasteleria de base tradicional, assentes em constantes níveis de qualidade, com vista à satisfação e fidelização de clientes, sobretudo de âmbito local e regional. Para responder à procura crescente dos seus produtos e reforçar a sua posição competitiva no mercado, ao mesmo tempo que responde eficazmente às novas exigências legais em vigor, a Padaria do Salgueiro candidatou-se ao programa PRODER para a aquisição de equipamento industrial específico para a modernização e redimensionamento da sua atividade. “Este financiamento vai ajudar-nos essencialmente na modernização da empresa, dando resposta a estas novas exigências por parte do Governo, e para conseguirmos abrir novos nichos de mercado. Temos agora uma nova linha de produto - “Salgueirinhos”, na qual estamos a apostar forte, que pretende “dar cartas” no mercado gourmet e da mercearia fina. Para expandir a produção por todo o Portugal, e também quicá estrangeiro, é necessário investimento, e penso que o PRODER vem em boa hora”, explica Teresa Preta, do departamento comercial da empresa. E acrescenta que o novo produto assenta numa reformulação de dimensão, “ao qual se juntou uma parceria com a “Ervas de Zoé”, através da adição de ervas aromáticas biológicas aos bolos tradicionais, criando um produto novo e de valor acrescentado. Também quisemos cuidar da imagem, através da criação de uma embalagem mais apelativa, com elementos alusivos a Portugal como a calçada portuguesa, mas simultaneamente vendendo o local onde são produzidos - Salgueiro do Campo - e, portanto, no verso pode ser lida uma lenda da nossa freguesia”. O projeto vai ainda permitir a entrada e consolidação destes produtos nos mercados das médias e grandes superfícies e está já a ganhar terreno no Norte do País e Grande Lisboa, sendo que, a nível de exportação, a empresa já se encontra em negociações com várias plataformas de escoamento de produtos para o estrangeiro. Teresa Preta aproveita para agradecer à ADRACES o apoio na divulgação da empresa e dos seus produtos e acredita convictamente que “o nosso projeto vem valorizar a economia local, porque a empresa vive essencialmente de parcerias e de fornecedores locais. Se aumentamos a nossa produção, contribuímos também para a melhoria do negócio dos nossos fornecedores com maior volume de encomendas. Além disso, contribuímos para a divulgação da região, uma vez que fazemos questão de mencionar no nosso embalamento que esta é uma produção de qualidade proveniente de Salgueiro do Campo”. ■

DINAMIZAÇÃO TURÍSTICA DO RIO PONSUL - ANCORADOURO DOS LENTISCAIS

Medida: 3.1 Diversificação da economia e criação de emprego

Ação: 3.1.3 Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer



De regresso às origens, vindo de Setúbal, depois da empresa onde trabalhava ter encerrado, Domingos Leitão compensou a falta que a Serra da Arrábida e o Sado lhe faziam com o conhecimento aprofundado dos rios Ponsul e Tejo. “Percorri todo o rio Ponsul desde a nascente até à foz no Tejo, trouxe as minhas canoas e comecei a convidar amigos para partilharem comigo esta autêntica terapia, de sossego e de tranquilidade. E senti que os meus amigos iam daqui deliciados. Comecei a pensar porque não desenvolver um negócio, no âmbito das atividades turísticas desportivas... e assim nasceu a Ponsulativo - Atividades no Rio Ponsul», explica o responsável do projeto. Com um papel ativo no processo de construção do ancoradouro dos Lentiscais, Castelo Branco, a sua conclusão permitiu à empresa assumir plenamente a exploração turística do mesmo e especializar-se na oferta de pacotes estruturados de experiências desportivas, lúdicas e culturais, no território, em parceria com outros operadores turísticos, para uma rede consolidada de promoção turística da região. «Atualmente, temos um leque diversificado de atividades a oferecer aos turistas que nos procuram. Passeios de barco ou canoa, prática de remo ou canoagem, passeios pedestres, BTT, passeios de burro, passeios para observação de fauna e flora, quer pelo rio, quer pelas margens, e provas de orientação, sempre com uma preocupação de dar a conhecer a nossa história, com especial enfoque nos Templários, que deixaram uma marca muito forte neste território», salienta. A candidatura ao apoio do PRODER surgiu da necessidade de construir uma sede e centro de operações para a empresa, que sirva simultaneamente de armazém para albergar as canoas, barcos e todo o equipamento disponível da Ponsulativo para o desenvolvimento das suas atividades turísticas. Para o efeito, a operação assenta na recuperação e adaptação de um antigo lagar em xisto na localidade dos Lentiscais, mantendo a traça original, por forma a dotar a Ponsulativo do espaço e equipamentos necessários para poder proporcionar animação turística com elevados padrões de qualidade, sempre apostando no compromisso da sustentabilidade ambiental, de acordo com a estratégia definida para o Parque Natural do Tejo Internacional e Geoparque Naturtejo. A intervenção prevê ainda a aquisição de diverso material informático, multimédia e equipamento náutico para a prática desportiva. ■

IR AO ENCONTRO DOS CIDADÃOS

Luiz Sá Pessoa

[Chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal (interino)]



Castelo Branco tem desde o início de janeiro um novo centro de informação ao público sobre questões europeias. Chama-se Centro de Informação Europe Direct da Beira Interior Sul e integra uma rede de 19 centros espalhados por Portugal e ilhas, selecionados e co-financiados pela União Europeia. Todos têm como objetivo disponibilizar informações aos portugueses sobre os seus direitos na União Europeia (UE), sobre o funcionamento e a atuação da UE nas diferentes áreas.

O novo centro funciona na Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul com uma equipa qualificada que lhe poderá responder a dúvidas gerais sobre a UE, através de contato pessoal, telefónico ou por correio eletrónico. Vou viver, estudar ou trabalhar para outro país europeu: o que devo fazer? Que programas europeus existem para apoiar os jovens? Que ajudas financeiras disponibiliza a UE para o meu novo negócio? Onde posso encontrar um parceiro para organizar um evento de informação e debate sobre a Europa na minha escola ou associação? O que faz um deputado europeu, ou o Comissário nacional? Estas são apenas algumas perguntas a que os centros poderão responder, o que os transforma em instrumentos privilegiados para comunicar a Europa com os cidadãos.

Este contato assume uma importância especial num ano que foi designado oficialmente pela União Europeia como Ano Europeu dos Cidadãos. Trata-se de um ano que irá privilegiar a promoção do diálogo sobre o futuro da Europa e a divulgação dos direitos e deveres dos cidadãos e das oportunidades decorrentes da participação na UE. Mas a rede dos centros Europe Direct assume também uma extraordinária relevância num país como Portugal que regista uma das maiores percentagens de cidadãos da UE que desconhecem os seus direitos de cidadania europeia.

Além dos direitos de que gozamos no nosso país de origem, temos outros direitos, garantidos pelos tratados da UE e pela Carta dos Direitos Fundamentais da UE. 2013 é assim um ano para proporcionar aos cidadãos um melhor conhecimento dos seus direitos de forma a que estes os possam exercer e reivindicar na plenitude. Os cidadãos conquistaram a liberdade de circulação: podem estudar, trabalhar, viver ou reformarem-se num outro Estado membro da UE. Viram os seus diplomas académicos e profissionais reconhecidos, têm acesso a um cartão europeu de seguro de doença, têm compras facilitadas pela internet com os seus direitos de consumidores assegurados, têm preços de roaming mais baixos, têm os seus direitos reforçados enquanto eventuais arguidos em processos criminais. Têm acesso a redes de informação que lhes podem informar sobre todos os seus direitos. É esta a missão do Centro de Informação Europe Direct da Beira Interior Sul. Para além de informar a nível local e regional, o centro terá também como missão promover a cidadania participativa através da organização de conferências e debates com as partes interessadas da região, com os meios de comunicação social e com todo o tipo de multiplicadores de opinião.

Queremos estar no terreno, mesmo nas zonas mais remotas, para dar voz à voz dos cidadãos. Para que a Comissão Europeia ou o Parlamento Europeu os possa ouvir, para que possamos escutar e registar ou transmitir aos centros responsáveis, os cidadãos têm de ser ativos, têm de conhecer, têm de se envolver na discussão e no debate dos assuntos europeus.

A rede dos 500 centros Europe Direct espalhados pelos 27 Estados membros está aí, e na Beira Interior Sul, para ouvir e dar respostas. ■



CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPE DIRECT – BEIRA INTERIOR SUL JÁ TEM SITE E FACEBOOK

O Centro de Informação Europe Direct Beira Interior Sul (CIED-BIS) é um organismo oficial de informação europeia que a ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul acolhe e que atua, a nível local, como intermediário entre os cidadãos europeus e a União Europeia.

Está localizado em Castelo Branco e tem por missão estabelecer canais de comunicação entre os cidadãos europeus e as diversas instituições e organismos da UE, sensibilizar para o exercício de uma Cidadania Europeia plena e promover o Diálogo Europeu particularmente na Beira Interior Sul (concelhos de Castelo Branco, Vila Velha de Ródão, Idanha-a-Nova e Penamacor).

O CIED-BIS já se encontra disponível online e nas redes sociais. O website do CIED-BIS foi lançado oficialmente no passado dia 15 de Março e pode ser consultado em www.europedirect-bis.pt

Pode também acompanhar informação de carácter europeu e o desenvolvimento das iniciativas do Centro na nossa página de facebook www.facebook.com/414038265340163. ■



www.europedirect-bis.pt





EUROPA NAS ESCOLAS

No âmbito das comemorações designadas para o ano 2013, “Ano Europeu dos Cidadãos”, o Centro Europeu de Informação - Beira Interior Sul (CIED-BIS) pretende desenvolver um conjunto de atividades relacionadas com a cidadania europeia, um dos quais direcionado às escolas localizadas em meios rurais. O CIED-BIS escolheu, para o efeito, como público-alvo alunos de uma faixa etária compreendida entre os 6 e os 10 anos de idade de duas escolas inseridas em freguesias rurais do território da Beira Interior Sul - Escolas EB1 da Mata e EB1 dos Escalos de Baixo, e prevê a realização de nove sessões distribuídas pelos segundo e terceiro períodos letivos. As ações são desenvolvidas quinzenalmente, sob o formato de sessões de sensibilização, em que os alunos são estimulados a refletir sobre questões europeias. Através de conversas e jogos pedagógicos transformam-se essas intervenções em momentos lúdicos informativos sobre os princípios da UE no quotidiano do cidadão europeu. Simultaneamente, as ações teórico-práticas permitem trabalhar as consciências mais jovens da UE para o desenvolvimento de um papel ativo na construção de uma Europa unida e diversificada, através de atividades para promoção do Ano Europeu dos Cidadãos, identificação dos países membros, explicação da Carta dos Direitos Fundamentais dos Cidadãos e promoção da União Europeia, enquanto projeto de paz, estabilidade e prosperidade na Europa. Porque são as crianças o futuro da Europa! ■



CONCURSO DE FOTOGRAFIA “SER MULHER NA EUROPA: O DIREITO À IGUALDADE E À NÃO-DISCRIMINAÇÃO”

Para assinalar o Dia Internacional da Mulher, o Centro de Informação Europe Direct - Beira Interior Sul (CIED-BIS) promoveu o concurso de fotografia “Ser Mulher na Europa: O Direito à Igualdade e à Não Discriminação”, dirigido a todas as mulheres portuguesas. No âmbito do Ano Europeu do Cidadão, e inserido nas comemorações de mais um dia Internacional da Mulher, o CIED-BIS lembrou a luta e conquista de séculos de um conjunto de princípios fundamentais que remetem para a igualdade de género e o direito à não-discriminação adquiridos pelo sexo feminino. Hoje, a mulher europeia goza de plena igualdade na exequibilidade do seu papel individual e social e assume uma participação ativa no contexto de cidadania europeu. A assunção de tais direitos contribuiu decisivamente para uma mais forte coesão europeia de todos os seus cidadãos, independentemente do “sexo, raça, cor ou origem étnica ou social, características genéticas, língua, religiões ou convicções, opiniões políticas ou outras, pertença a uma minoria nacional, riqueza, nascimento, deficiência, idade ou orientação sexual, nacionalidade” (art. 21º Não discriminação - Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia). As fotografias a concurso deviam, de uma maneira original e criativa, refletir ou demonstrar os princípios fundamentais adquiridos pelas mulheres europeias e a sua posição social de igualdade numa Europa coesa de não discriminação. O Centro definiu no seu regulamento que seriam escolhidas duas vencedoras em ex-aequo. Uma, decidida por um painel de jurados, composto por elementos do Centro de Informação Europe Direct - Beira Interior Sul, da Representação da Comissão Europeia em Portugal e por um fotógrafo profissional; outra pela reunião do maior número de gostos na página de facebook do Centro de Informação Europe Direct - Beira Interior Sul. O anúncio das vencedoras foi feito no próprio 8 de março no facebook do CIED-BIS. Aproveitamos este espaço para que as imagens eleitas possam falar por si. ■

da esquerda para a direita *Per quanto voi vi crediate assolti siete per sempre coinvolti* - Fotografia de Sandra Vicente. Vencedora do prémio do público; *O Caminho* - Fotografia de Patrícia Nunes. Vencedora do prémio do júri





CULBIS: 11 MESES | 11 TEMAS

O Centro de Informação Europe Direct - Beira Interior Sul (CIED-BIS) está promover e implementar a iniciativa CulBIS ao longo de 11 meses, ao ritmo de uma conferência por mês, de forma rotativa nos 4 concelhos da BIS - Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão, em que especialistas e académicos vão ajudar-nos a interpretar e a valorizar o nosso património cultural e ambiental e, consecutivamente, a forma de utilização dessa mais-valia para o fortalecimento da nossa identidade e contributos para a coesão social, territorial e europeia. Trata-se de um projeto cultural de uso do património cultural e ambiental enquanto temáticas fortes de mobilização de públicos para a aplicação de conceitos europeus de base, no âmbito da cidadania europeia ativa e posicionamento futuro na UE. Pretende-se ainda com a iniciativa CulBIS promover um diálogo estreito com os atores e agentes económicos da região, estruturando uma visão global para o desenvolvimento económico do território e seu consequente posicionamento europeu no quadro da “Estratégia Europa 2020”.

A História e Cultura locais deste território são ricas em especificidades regionais que tornam possível a formação da sua identidade individual e coletiva, reforçando deste modo a integração social e cidadania ativa dos indivíduos, contribuindo para uma coesão social territorial mais forte. É preciso conhecê-las em profundidade para que, em pleno, o cidadão possa preservar a memória coletiva das suas origens, conhecendo o lugar a que pertence, valorizando-o e contribuindo ativamente para a consolidação do seu papel à escala europeia. A construção da identidade individual e coletiva de cada estado-membro é fundamental para a construção de uma identidade comum, unida e plural, que representa a União Europeia, assente no respeito pela diversidade para o fortalecimento da sua coesão, em que a compreensão das identidades e cultura locais são condição *sine qua non*.

O primeiro encontro decorreu sobre a forma de conferência “Os Templários no Território: Castelo Branco, Cidade Templária”, no passado dia 28 de fevereiro, no Cine-Teatro Avenida. A reunião revelou-se uma autêntica sessão de reflexão e amadurecimento intelectual sobre a forte influência dos templários na cidade de Castelo Branco durante os séculos XI e XII e, por inerência, em todo o território da Beira Interior Sul. Para uma plateia de quase duas centenas de pessoas, a mesa de oradores contou com especialistas académicos que dissertaram sobre dois painéis principais sobre a temática:

Painel I “Templários: Território, História e Identidade”

Arq. Nuno Vilamariz - “A Ordem do Templo e Castelo Branco - Metáfora e Metamorfose”;

Prof. Santos Pereira - “Castelo Branco e a Ordem do Templo/Cristo: Os Mistérios de Castelo Branco”;

Prof. António Realinho - “Património: Identidades e Coesão Europeias”

Painel II “Memória Templária: Um recurso para o território?”

Dr. Paulo Loução - “Os Templários, as Raízes do Ocidente e o Novo Paradigma”

Eng. Armindo Jacinto

Hélder Ferreira

O evento prosseguiu com uma homenagem a José Manuel Capêlo, o falecido poeta e historiador albacastrense que se distinguiu na comunidade intelectual pelo seu estudo intensivo sobre a temática dos Templários, na Igreja de Santa Maria do Castelo. O momento contou com testemunhos sobre a vida e obra do estudioso, declamação de poesia da sua autoria e momento musical com viola beiroa.

A segunda conferência versou sobre os “Mistérios da Semana Santa” e decorreu no passado 27 de março, no Fórum Cultural de Idanha-a-Nova. As tradições únicas que se vivem durante a Páscoa de Idanha-a-Nova, repletas de um carácter místico que envolve todos os rituais dos Mistérios da Semana Santa neste concelho, devem ser preservados e colocados ao serviço do desenvolvimento do turismo religioso na região. A mensagem foi, desde logo, deixada na sessão de abertura pelo presidente da Câmara idanhense, Álvaro Rocha. E apelou ao papel fundamental de cada um na preservação e divulgação dessas mesmas tradições. “O desenvolvimento do turismo religioso só surte efeito através da participação de cada um de nós, através dos vários grupos que atuam voluntariamente na altura da Quaresma, em cada uma das nossas freguesias, e que permitem que elas sejam divulgadas aos mais jovens que ainda cá vivem e a todos quantos nos visitem nesta época”, salientou o autarca.

O diretor da ADRACES, António Realinho, reforçou o papel fundamental destas conferências para a valorização territorial da BIS, na medida em que “a História e Cultura locais deste território são ricas em especificidades regionais que tornam possível a formação da sua identidade individual e coletiva, reforçando deste modo a integração social e cidadania ativa dos indivíduos, contribuindo para uma coesão social territorial mais forte”.

Na mesa de oradores estiveram António Catana (especialista e autor do livro homónimo); Armindo Jacinto (RT Centro e CM de Idanha-a-Nova); Jacinta Oliveira Santos (Fundação Inatel); António Realinho (ADRACES) e Hélder Ferreira (Progestur). Para além do comunicado de António Catana sobre as encenações pascais no território de Idanha, a temática foi sempre introduzida sob uma perspetiva turística e de valorização territorial.

Armindo Jacinto apresentou o trabalho desenvolvido pela Naturtejo e todo o potencial que tem representado para o desenvolvimento do turismo na região de Idanha, bem como a apresentação de novas propostas e estratégias turísticas para o concelho. Foram igualmente apresentados exemplos da potencialidade do Turismo Religioso, nomeadamente de casos espanhóis, e do impacto que, à semelhança de Espanha, poderia ter em Portugal, pela Progestur. Reforçou-se o papel fundamental que a candidatura à Lista da Salvaguarda de Património Imaterial da UNESCO exerceria na sua legitimidade e sobre este assunto a Fundação Inatel, representada por Jacinta Oliveira, demonstrou total disponibilidade para apoiar todo o processo.

A próxima conferência terá lugar em Penamacor, no dia 3 de maio, pelas 9h30, nas instalações da Reserva Natural da Serra da Malcata e o encontro será dedicado à “Serra da Malcata e Suas Riquezas Naturais”. ■



SÓ NA BIS

A Beira Interior Sul é um território cheio de riquezas naturais, culturais, históricas e gastronómicas singulares, únicas em todo o país, mas pouco valorizadas e divulgadas pelas gentes da BIS. Muitas vezes, estes encantos nem sequer são conhecidos por todos quanto habitam estas terras. Urge, portanto, preservar e dar a conhecer estas especificidades regionais para que a memória coletiva não se perca e possa ter o reconhecimento merecido por quem nos visita. Em cada número da revista VIVER, passaremos a destacar uma originalidade da BIS. Porque só na BIS poderá descobrir cantos e recantos com histórias excecionais e apaixonantes, que se tornarão inesquecíveis a quem queira conhecê-las.



Na região de Ródão, as margens do Tejo, precisamente por toda a área abrangida pela albufeira de Fratel, acolhem o Complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo, embora cerca de 90% das figuras ficassem submersas após a construção da barragem. São milhares de gravuras, na sua maioria de tipologia pré-histórica, descobertas entre 1971 e 1974, altura em que a albufeira de Fratel encerraria as comportas, submergindo a maior parte das gravuras, restando a descoberto apenas o Núcleo de Gardete e algumas rochas isoladas na margem direita do Ocreza, ambos a jusante de Fratel. Pode conhecer toda a história e a arte simbólica das gravuras, visitando o Centro de Interpretação da Arte do Tejo em Vila Velha de Ródão. ■

<http://tejo-rupestre.com>

ATIRANDO PEDRINHAS NA POÇA

Abel Cuncas

Nos tempos que correm, com pedrinhas, nem ondas se fazem! Tem de ser mesmo com Calhaus, pesados e enormes, muito grandes, para impedir as derrocadas que soterram @s Cuncas destas vizinhanças agora alargadas a outros vales e desfiladeiros.

Nos idos de 2009, no número 13 da VIVER (até parece ter sido numa outra vida), aqui escrevi uma pequena história sobre o Rei Wamba, o nosso primeiro grande Rei destas terras de Aquém - Ródão, do qual muito me orgulho de ser rolante descendente, linhagem que ainda hoje perdura, rija e forte, ainda que de baixa estatura.

Cá o Cuncas, não confundam, marinheiro de águas nem sempre muito claras ou doces, apesar deste infinito rolar por estes baixios encausados, ainda não pediu para ser resgatado (querem que vos explique, em linguagem Cunca, o que é um baixio encausado?) espero que não, porque nestes dias alagadiços, para aprender, teriam que ir até ao fundo sem abrir a boca! Verdadeiramente até ao fundo, porque só de lá se pode começar a subir... ouviram seus calhaus? No reino da Cuncaria, quem abre a boca antes que a enxurrada passe, corre o risco de morrer afogado! Só que esta enxurrada está demorando a passar e, se ficarmos tanto tempo de boca fechada, podemos morrer de sede!

Até as pedrinhas andam inquietas por tanta falta de cabeças para as amparar... Estão nos metendo tanta água em cima, que as mosquinhas nem conseguem cheirar os iscos, e não é por

falta deles! Apesar da muita merdinha de pessoa mal nutrida que por aí há, as fortes enxurradas invernais diluem tudo, submergem tudo e as pobres moscas andam ausentes, nem com GPS conseguem encontrar as cabeças de aterragem!

“Nada é como dantes!” no dizer do poeta:

- Uma mosca sem valor

Aterrava com a mesma alegria

Na careca dum doutor

Como em qualquer porcaria.

Agora... nada!

Ainda noutra dia fui rolando por aí abaixo até àquela “gruta” magnífica que chamam *dos Capelos* (muito penei para lá chegar), lá no alto da cidade dos doutores, onde dizem que foi decidido “fundar” Portugal (não sei se este se outro que desconhecemos), e a coisa era mais que evidente...

Tantas cabeças bem benzidas e tudo - e nem uma mosquinha! - na presença dum isco europeu de vulto, crente nos divinos Deuses e nos atuais dirigentes gerais, umas centenas de doutorais carecas e nem uma mosquinha! Já nem as moscas gostam desta porcaria?

Grito Submerso

Inverno de 2013





NESTA EDIÇÃO DESTACA-SE:

GRANDE TEMA 10

“Se é para, no campo da reorganização da administração local, se definirem **Comunidades**, então não podem prevalecer os critérios dos decisores de pés grandes e cabeças espertas no conforto alcatifado dos gabinetes. Quando tal acontece, mais tarde ou mais cedo, a maioria das pessoas tem de rebenotar a **armadilha asfíxiante de apenas contarem para as estatísticas e exigir que sejam respeitadas**, bem como respeitem a sua cultura e território. É que **Comunidade** pressupõe um grupo integrado de pessoas que compartilham um território vivo e com personalidade cultural, prosseguem laços de parentesco, repartem tarefas produtivas, funções sociais e de representação, visando satisfazer de forma solidária interesses comuns e defender valores coletivos”.

“O importante e decisivo é que, para além e apesar das imposições dos “arranjos legais de circunstância”, sejamos capazes de preservar tudo aquilo que nos distingue e identifica como obreiros transformadores do chão e da paisagem onde guardamos os nossos mortos e as memórias que nos guiam a vida”.

“Não pode deixar de ser preocupante, não pode além disso deixar de causar estranheza, a perda progressiva de relevo do interior do nosso país, com a perda de população da generalidade dos seus municípios. Assim acontece apesar das repetidas afirmações de políticos, exprimindo a sua preocupação por esse facto, ficando por se saber se estão de facto convencidos de que vale a pena promover o interior. Será que em alguns casos, no íntimo, não estará de facto a convicção de que não vale a pena esse esforço, devendo antes concentrar-se todos ou quase todos os esforços no litoral, ainda aqui em dois ou em apenas um polo”.

EUROPE DIRECT 43

“Para além de informar a nível local e regional, o Centro de Informação Europe Direct da Beira Interior Sul terá também como missão promover a cidadania participativa através da organização de conferências e debates com as partes interessadas da região, com os meios de comunicação social e com todo o tipo de multiplicadores de opinião”.

